

The logo graphic consists of a white horizontal line that curves upwards into a green shape, resembling a stylized wave or a field. The text 'AJAP' is positioned to the right of this graphic.

AJAP

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Moçambique: o futuro está na terra

Suplemento da Revista Jovens Agricultores

A satellite image of the Earth is shown in the bottom right corner, partially obscured by a large green curved shape. The image shows the African continent, with Mozambique highlighted in yellow. The background of the entire page is a dark teal color.

Nota Introdutória

Eduardo Almendra, Presidente da AJAP

Vivemos a nível mundial momentos de mudança e de alguma incerteza, nos próximos anos, a água, a alimentação humana, a preservação dos recursos naturais e de ecossistemas constituirão desafios, para os quais a AJAP enquanto ONGD, os Governantes e Cidadãos do planeta têm necessariamente de encontrar soluções.

A Cooperação, a nível do desenvolvimento rural e agrícola, enquanto veículo privilegiado de incremento da economia dos países lusófonos, encontra-se diretamente ligada ao seu desenvolvimento e prosperidade, pelo que existe a necessidade imperiosa de se levarem a cabo abordagens intersectoriais que envolvam as diferentes áreas da sociedade. É uma responsabilidade coletiva que a todos toca, quer ao Estado, quer à Sociedade Civil.

Os últimos dois anos revelaram-se muito importantes na prossecução da estratégia de desenvolvimento e crescimento sustentado da AJAP enquanto ONGD, tanto em parcerias nacionais como internacionais. Importa realçar o seu sucesso com entidades governativas, com organizações do setor privado, associações e cooperativas, e com empresas, todas importantes para a estratégia de divulgação, sensibilização e desenvolvimento da agricultura e do mundo rural, e na instalação de Jovens Agricultores, assumindo grande parte de todo este esforço no combate à pobreza, à fome e na promoção da qualidade, disponibilidade e acesso a alimentos nutritivos.

Este suplemento dedicado a Moçambique, aborda os mais relevantes temas da agricultura, passando pelo papel das organizações representativas do setor agrário e as parcerias de cooperação e desenvolvimento, pela voz de altos dirigentes e personalidades especialistas da área.

Implantação geográfica



O que fazemos

- Projectos de Investimento
- Candidaturas “Ajudas ao Rendimento”
- Assistência Técnica à Produção Integrada e Agricultura Biológica
- Formação Profissional
- Declarações do SNIRA
- Declarações de Colheita e Produção
- Apoio Jurídico
- Projectos de Cooperação

Ficha Técnica

Propriedade e Edição

AJAP-Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Direção

Eduardo Almendra

Coordenação Editorial

Carolina Sousa

Redação

AJAP-Associação dos Jovens Agricultores de Portugal,
Rua D. Pedro V, 108, 2º - 1269-128 Lisboa

Departamento Comercial

Carolina Sousa | comunicacao@ajap.pt

Paginação

Miguel Inácio

Impressão

GMT Gráficos Lda

Depósito Legal

nº 78606/94

NIPC

501396934

Tiragem

300 Exemplares

E-mail

comunicacao@ajap.pt

URL

www.ajap.pt

Distribuição

Gratuita

Estatuto Editorial

consulte em www.ajap.pt

Ano de Edição

2018

PERSONALIDADES INSTITUCIONAIS

- 4 - *Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, Eng.º Higinio Marrule*
- 6 - *Embaixadora de Portugal em Moçambique, Dr.ª Maria Amélia Paiva*
- 7 - *Secretário de Estado da Internacionalização, Dr. Eurico Brilhante Dias*
- 8 - *Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Eng.º Miguel Freitas*
- 9 - *Delegada da AICEP em Moçambique, Dr.ª Ana Rosas*

11 HISTÓRICO DA AJAP EM MOÇAMBIQUE - AS INICIATIVAS DESENVOLVIDAS

VISÃO DE MOÇAMBIQUE - UMA JANELA DE OPORTUNIDADES

- 15 - *Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Moçambique, Dr. Salim Cipton Valá*

COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGRÁRIO

- 19 - *Comissária para a Economia Rural e Agricultura da União Africana, Embaixadora Josefa Leonel Sacko*
- 22 - *Presidente do Governo Regional do Príncipe e Presidente da Comissão Executiva da UCCLA, Dr. José Cardoso Cassandra*
- 23 - *Chefe de Cooperação da Delegação da União Europeia na República de Moçambique, Dr.ª Isabel Faria de Almeida*
- 26 - *Presidente da Comissão Executiva do Banco Nacional de Investimento (BNI), Dr. Tomás Matola*
- 28 - *Administrador do Banco Comercial e de Investimentos (BCI), Dr. Miguel Alves*

POTENCIALIDADES AGRÁRIAS DE MOÇAMBIQUE

- 29 - *Ex Ministro da Agricultura e Docente na Universidade Católica do Porto, Professor Doutor Arlindo Cunha*
- 30 - *Docente no Instituto Superior de Agronomia, Professor Doutor Francisco Gomes da Silva*
- 32 - *Presidente do Clube de Produtores Sonae, Eng.ª Ondina Afonso*
- 33 - *Presidente da PortugalFoods, Dr. Amândio Santos*

OPINIÃO DO SETOR

- 34 - *Líder da APROSEL, Diretor da FENAGRI e Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Confederação das Associações Económicas (CTA), Sr. Daniel Dimas*
- 35 - *Presidente do Pelouro da Agricultura da Confederação das Associações Económicas (CTA), Dr. Adelino Buque*
- 37 - *Presidente da Associação Juvenil de Produtores Rurais de Moçambique, Professor Benedito Monjane*
- 38 - *Representante da Associação dos Jovens Agricultores de Tete, Sra. Lúcia Noriate*

A AGRICULTURA EM MOÇAMBIQUE UM CAMINHO A DESENVOLVER

Moçambique tem uma população total de 28.861 milhões de habitantes, sendo a agricultura a base do desenvolvimento do país, atividade praticada por cerca de 70% da população, como principal fonte de obtenção de sustento. O sucesso do desenvolvimento agrário depende de diversos fatores e, é nesse sentido que o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar tem vindo a edificar um trabalho contínuo para aumentar a produtividade agrícola, a agroindústria e a segurança alimentar.

O Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique, Engenheiro Higino de Marrule, aponta as potencialidades do setor agrário, bem como algumas debilidades existentes e que podem vir a ser colmatadas a partir de programas vigentes e de novas e proficuas estratégias.

O SEIO AGRÍCOLA MOÇAMBICANO: OS RECURSOS PÚBLICOS DISPONÍVEIS E O INVESTIMENTO NAS ESTRUTURAS DE REGADIO

Cerca de 70% da população moçambicana vive nas zonas rurais e pratica a agricultura como a sua principal fonte de obtenção de renda. A produção agrária é desenvolvida maioritariamente pelo setor familiar, que representa 99% dos cerca de 5,2 milhões de explorações existentes no País, ocupando mais de 97% dos cerca de 6 milhões de hectares atualmente cultivados. A agricultura em Moçambique ainda é caracterizada pelo baixo nível de utilização de tecnologias melhoradas, dependência das condições climáticas (chuvas excessivas e irregulares), fraca cobertura dos serviços de extensão e assistência técnica, débil acesso aos serviços financeiros e um parco acesso a mecanização agrária. As políticas, as estratégias e os programas vigentes estão (e devem continuar) focalizados nesta franja de intervenientes da cadeia de produção e valor agrário.

Um dos compromissos internacionais de referência em termos da quota de dotação de recursos financeiros para o setor agrário é a “Declaração de Maputo”, que orienta os países a fazer uma dotação mínima de 10% do Orçamento do Estado. Apesar de a dotação de recursos financeiros continuar abaixo desta cifra de compromisso internacional, Moçambique está a registar desde 2004, uma subida progressiva de dotação de recursos que passou de cerca de 2,8% (2005) para cerca de 6,2% (2015). Desde 2016, a dotação tende a oscilar entre os 3% e os 4% devido à conjuntura económica que o país está a atravessar.

Moçambique pela sua localização geográfica continental, por ser banhado pelo Oceano Índico e pelo facto de as primeiras bacias hidrográficas da Região Austral desaguardarem na sua longa linha de costa, é um país vulnerável para a ocorrência dos eventos extremos agrometeorológicos: seca, cheias, inundações e ciclones. Neste sentido, o Governo aprovou e está a implementar o Plano Diretor de Gestão de Bacias Hidrográficas, Estratégia Nacional de Irrigação e Plano Anual de Contingências e Ciclónica. Estes instrumentos permitem a coordenação de intervenções multissetoriais de gestão de uso multiforme de água (consumo humano, animal e industrial, geração de energia elétrica e produção agrária), controlo de cheias e inundações, expansão de áreas irrigadas e apoio humanitário associado a estes eventos.

JOVENS AGRICULTORES - A FORMAÇÃO AGRÍCOLA, OS PROGRAMAS DE INCENTIVO E A CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

Moçambique possui em quase todo o país escolas agrárias de diferentes escalões (superior, médio, básico). Estas instituições são geridas e financiadas por fontes de origem pública, privada e da sociedade civil, incluindo organizações religiosas. Decorrente do constrangimento da absorção pelo mercado de trabalho desta massa de capital humano formado, as instituições são exortadas a formar os especialistas agrários na perspetiva da criação de autoemprego. Esta abordagem de autoemprego ainda tem o desafio de criação de incentivos multiformes para induzir a

juventude a abraçar a atividade agrária, tais como: linhas de financiamento específicas, acesso a fatores de produção a custos bonificados a curto prazo, extensão de atividades de lazer para as zonas rurais, custos de energia elétrica e gásóleo mais reduzidos. Defendemos, assim, que não são apenas os esquemas de financiamento a única abordagem, quando se trata de atrair mais jovens para investir no setor agrícola, mas sim a partir de uma interpelação deve ser feita num formato integrado de incentivos (contratos com grandes mercados, custos melhorados dos meios e fatores de produção, vias de acesso para o escoamento da produção, associativismo e cooperativismo, período de graças de pagamento do financiamento e amortização, habitação). Nesta vertente apreciamos a partilha da experiência da AJAP, para a réplica nas nossas condições específicas.

No entanto, é de realçar que como forma de enco-rajamento de abertura de unidades produtivas, o Governo instituiu e está a implementar uma linha de financiamento local, denominada FDD (Fundo de Desenvolvimento Distrital), com a finalidade de financiar pequenos projetos de produção (agrícola, pesqueiro e pecuário) de comida e culturas de rendimentos. Os projetos são aprovados ao nível distrital e elegíveis para jovens, traduzindo-se em postos de trabalho. Ao nível setorial, no Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar está em implementação o Programa de Incubação de Jovens, via concurso. As melhores propostas de projetos são financiadas e monitoradas.

O CONTRIBUTO PORTUGUÊS PARA A SUSTENTABILIDADE AGRÁRIA MOÇAMBICANA

A sustentabilidade poderá ser alcançada com a implementação efetiva na letra e espírito do Acordo Bilateral entre os dois Estados, bem como do Memorando de Entendimento no quadro da Câmara do Comércio

Moçambique-Portugal. Estes dois instrumentos de relacionamento, especificam ambos a operacionalidade dos acordos comerciais, troca de experiência nas áreas específicas, formação de capital humano, modalidades de financiamento, entre outras matérias.

No documento orientador setorial, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário, a abordagem é de desenvolvimento de parcerias-público-privadas (vulgos PPP) e parcerias-público-privadas-população ou comunidade (PPPP), bem como as parcerias no quadro da cooperação bilateral (ex.: com Portugal ou Brasil) e multilateral, incluindo a cooperação Sul-Sul. Neste sentido, uma parceria com a AJAP- Associação dos Jovens Agricultores de Portugal seria uma mais-valia para o nosso país.

A Câmara de Comércio Moçambique-Portugal tem uma representação do CTA (Confederação das Associações Económicas de Moçambique), sendo um órgão que de entre as áreas distintas funcionais, possui um pelouro de Agronegócio. A partir deste órgão, realizou-se em 2017, no Hotel Polana em Maputo, a Conferência Internacional sobre Agricultura, sob os auspícios da AJAP, onde um dos oradores VIP foi o então, Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, Sua Excelência José Pacheco. O portefólio de apoios e relacionamento recíproco entre os setores agrários portugueses e moçambicano, foi elaborado consensualmente no âmbito deste fórum e a sua implementação efetiva tem potencial para marcar uma diferença indelével no desenvolvimento agrário dos dois países.

*Engº Hígino de Marrule,
Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique*



Dr.ª Maria Amélia Paiva,
Embaixadora de Portugal em Moçambique



GOVERNOS DE MOÇAMBIQUE E PORTUGAL: UM TRABALHO CONJUNTO COM IMPACTO NA ECONOMIA

Mais investimento e iniciativas consistentes em áreas prioritárias é parte integrante da missão da Embaixada de Portugal em Moçambique.

Os Governos dos dois países têm vindo a reafirmar a importância estratégica da cadeia de valor agrícola para o desenvolvimento económico e social, no sentido de favorecer a economia e melhorar a qualidade de vida das populações. A Embaixadora de Portugal em Moçambique, Dr.ª Maria Amélia Paiva, aponta um percurso de trabalho conjunto com as competentes autoridades moçambicanas a fim identificar e solucionar os problemas existentes, bem como aprofundar as relações comerciais entre os dois países.

O setor do agronegócio é um dos 4 pilares de desenvolvimento apontados como prioritários pelo Governo de Moçambique e tem vindo a captar um interesse crescente por parte das empresas portuguesas.

Da agricultura, à distribuição, passando pela indústria transformadora e pelos serviços de consultoria e estudo/análise, as empresas portuguesas têm sondado a possibilidade de posicionar-se neste importantíssimo mercado e alguns grupos económicos investem já em Moçambique. Mas também individualmente, encontramos inúmeros exemplos de fortes investimentos de empresas de capitais portugueses que aplicaram os seus recursos, os seus conhecimentos e a sua força anímica para singrarem em Moçambique e são hoje grandes produtores de caju, de batata, de gado e de muitos outros produtos e até de crocodilos.

De notar que Moçambique dispõe de um recurso muito escasso na região da África Austral, essencial

ao desenvolvimento deste setor, a água. Dispõe também de terra e de recursos humanos jovens que começa a qualificar e, por outro lado, mantém com os países do Médio Oriente e da Ásia, para além dos seus parceiros SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), uma relação comercial duradoura e profunda, o que lhe permite assegurar mercado para potenciais investimentos que venham a ultrapassar o foco no mercado interno moçambicano.

A União Europeia acordou com a SADC um Acordo de Parceria Económica – APE que permite o aprofundamento de relações económicas e estão a ser produzidos documentos normativos pelo governo Moçambicano que irão permitir a entrada no país de equipamentos e insumos necessários ao desenvolvimento do setor agroindustrial, à taxa zero. Estão assim, cremos, reunidas condições para o aprofundamento dos laços comerciais e de investimento entre Portugal e Moçambique, neste setor pelo que, nesta como noutras áreas, continuaremos a apoiar as empresas portuguesas na sua procura e aposta neste setor e nesta região. Trabalharemos com as competentes autoridades moçambicanas na identificação de problemas críticos e nas possíveis soluções, como são o acesso às DUAT-Direito de Uso e Aproveitamento da Terra, e na sua concretização e valorização como forma de instrumento de garantia para o acesso a crédito. Neste âmbito particular, as linhas de financiamento e instrumentos de capitalização terão também de ser substancialmente melhorados. A ligação aos centros de saber portugueses, que assegurem inovação das soluções ao longo de toda a cadeia de valor é também uma área fundamental e de colaboração possível com Moçambique.

Os Governos de Moçambique e de Portugal têm vindo a reafirmar a importância estratégica da cadeia de valor agrícola para o desenvolvimento económico e social dos dois países, com vista a ter um impacto positivo nas economias dos dois países e para a melhoria da qualidade de vida das populações.



Dr. Eurico Brilhante Dias,
Secretário de Estado da Internacionalização

AJAP E MOÇAMBIQUE, UMA COMPLEMENTARIDADE EVIDENTE

A internacionalização é cada vez mais um desígnio estratégico nacional, através da cooperação entre entidades, da atuação concertada e articulada com as associações empresariais representativas de vários setores. O Secretário de Estado da Internacionalização, Dr. Eurico Brilhante Dias, reconhece a importância da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), como um relevante modelo de promoção de Portugal no exterior e como um veículo de desenvolvimento do agronegócio moçambicano.

As associações empresariais têm sido agentes económicos fundamentais no processo de internacionalização, contribuindo decisivamente para a afirmação e promoção empresarial do país no exterior. A Associação dos Jovens Agricultores de Portugal é exemplo desse dinamismo.

O setor agroalimentar assume, no século XXI, um papel central no desenvolvimento económico e social das sociedades. Reconhecendo esta realidade

fundamental, o Governo de Moçambique definiu o setor agroalimentar como um dos 4 pilares prioritários da sua estratégia de desenvolvimento que o Governo de Portugal acompanha com atenção. Se, por um lado, Moçambique, em virtude do seu vasto território com enorme diversidade de solos e climas, abundância de recursos hídricos, tem um enorme potencial agrícola, por outro, os Jovens Agricultores de Portugal têm *know-how* e ambição.

Os Jovens Agricultores encontram-se na dianteira da verdadeira revolução do setor agroindustrial português, tendo acumulado conhecimento e experiência nos âmbitos da formação, qualificação, investigação aplicada, desenvolvimento de projetos, comercialização, irrigação e transferência de tecnologia que poderão ser importantes contributos no desenvolvimento do agronegócio moçambicano. A complementaridade e as vantagens mútuas são assim evidentes.

Neste sentido, permito-me assinalar a mais-valia de iniciativas da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), como seja o Fórum Qualidade e Competitividade Agroalimentar, que se realiza anualmente em Maputo, pois promovem o *networking* empresarial, o conhecimento mútuo, a identificação de oportunidade e sobretudo fomentam o desenvolvimento de parcerias neste relevante setor.





Eng.º Miguel Freitas,
Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural

COOPERAR NA ERA DA ECONOMIA COLABORATIVA

Enquanto ONGD, a AJAP procura transmitir o seu Know-How através de projetos que ambicionam desenvolver as áreas rurais de Moçambique, proporcionando conhecimento e técnicas, com vista a aumentar a produtividade, consolidar as redes de produção, fortalecer o agronegócio, fomentar o associativismo rural, entre outras demandas.

O Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Eng.º Miguel Freitas faz uma abordagem à importância da cooperação e ao sentido de entreatajuda, relembando que ainda há um longo caminho a percorrer, sendo a persistência o motor para consolidar processos.

Vivemos uma era em que o tempo é uma medida extraordinariamente exígua quando o espaço se alargou e se virtualizou, embora haja sinais de novas fronteiras e novas barreiras, é cada vez mais fácil chegar ou fazer chegar mensagens, tecnologias, mercadorias. Estamos no tempo marcado pela acessibilidade. Mas estamos, também, no momento de exigência no uso de recursos, em particular dos recursos naturais, aqueles que são escassos e demoram a regenerar. Estamos no tempo da eficiência. Chegar mais rápido e ser mais eficiente requer uma rede cada vez mais apertada de relações, abrindo-se o horizonte da economia colaborativa.

É certo que essa rede é, antes de mais, empresarial. Mas percebe-se que tem de ter uma componente muito forte ao nível institucional. Cooperar na era da economia colaborativa significa ter abertura e coerência nas políticas públicas, ter persistência nas relações institucionais, estimular a aproximação empresarial, ter redes de formação, geração de conhecimento e inovação. E ter sentido de entreatajuda, de crescimento conjunto, percebendo e potenciando as

diferenças e as complementaridades. Só faremos bem se fizermos com os outros. E se não adiarmos até perder as oportunidades.

Neste grande espaço de cooperação que temos vindo a construir a partir da língua, temos dado passos em frente. Mas sentimos que ainda temos um enorme caminho pela frente. Sempre que me encontro com membros de governo, administrações ou associações de produtores ou de desenvolvimento local, de países de língua oficial portuguesa, sinto que temos tantas oportunidades por aproveitar, tantas aprendizagens por fazer em comum, tantos projetos por concretizar, que só podemos melhorar se formos capazes de aprofundar a nossa cooperação.

Tive oportunidade de visitar Moçambique por duas vezes, no espaço de 15 anos, e perceber avanços, mas certamente também debilidades. Estive em várias regiões, de sul a norte do país, tomei contacto com a importância do fornecimento de água e da eficiência dos perímetros regados para o sector agrícola, o apoio ao microcrédito para consolidar o movimento cooperativo, a formação dos jovens agricultores para o uso das novas tecnologias de produção e informação, a manutenção das infraestruturas de transformação e logística, a dificuldade de uma vizinhança muito forte na produção agroalimentar que condiciona preços e custos, a força do movimento não governamental a par de uma administração pública bem consciente do papel motor que tem de ter para fazer avançar os processos de desenvolvimento rural.

É preciso aumentar o nível de confiança na cooperação, aos diferentes níveis, coisa que só o tempo nos ajuda a firmar. Aquilo que a AJAP tem feito neste domínio é notável. Entre altos e baixos, tem tido a tal persistência necessária para consolidar processos. Depois de duas décadas de presença assídua, atualmente, é um dos parceiros mais credíveis na cooperação entre o movimento associativo agrícola. Tem portas abertas, porque as conseguiu abrir.



Dr.ª Ana Rosas,
Delegada da AICEP em Moçambique

O POTENCIAL AGRO-ECOLÓGICO DE MOÇAMBIQUE

Aumentar a notoriedade e competitividade de Portugal através de programas de dinamização e investimento e da internacionalização, constitui um foco da AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.

Atentos aos movimentos do setor agro e agroindustrial em Moçambique, têm desenvolvido seminários, diversas ações não setoriais e executaram um roadmap do investidor no setor. A Delegada da AICEP em Moçambique, Dr.ª Ana Rosas faz uma abordagem ao posicionamento do trabalho da Agência, apontando alguns números e considerações de um estudo publicado em 2017 pela entidade.

Conforme estudo publicado em 2017 pela AICEP, a agricultura é considerada a base da economia moçambicana, sendo os principais produtos exportados o algodão, a cana-de-açúcar, a castanha de caju, a copra (polpa do coco) e a mandioca. A agricultura oferece uma contribuição significativa de aproximadamente 29% do PIB e ocupa cerca de 45% do território moçambicano. O território em geral caracteriza-se por terras férteis propícias à prática da agricultura, embora cerca de 80% da agricultura praticada seja de subsistência.

Geograficamente, Moçambique possui no total 79 milhões de hectares (ha), dos quais 1 milhão são de águas interiores e 78 milhões de ha são de terra (INE

2000). Desta área são considerados cultiváveis 36 milhões de ha, sendo os restantes 42 milhões de ha ocupados por florestas (20.3%), terras impróprias para a agricultura (19.5%), parques nacionais e de conservação (12.6%), e áreas urbanas (0.9%). Dos 36 milhões aráveis, somente 5,6 milhões de hectares são efetivamente utilizados para a produção, e correspondem a 13.8% da terra que é cultivável e a 6.3% da área total do país. As culturas de rendimento ocupam 5,7% da área cultivada. Moçambique possui ainda 15 grandes bacias hidrográficas, das quais 9 partilhadas com países vizinhos, com potencial para apoiar o aumento da produtividade e produção agrária, a redução dos impactos negativos das variações de fatores e mudanças climáticas, melhorando a capacidade de adaptação dos sistemas de produção.

Dado o potencial agro-ecológico de Moçambique, com destaque para as regiões centro e norte, a agricultura, em geral, é um fator fundamental para a redução do nível de pobreza da população moçambicana, mas também para o robustecimento económico do país através de transformação e exportação dos produtos agrícolas, sejam eles agroalimentares, sejam florestais ou mesmo ligados a setores como o do têxtil, do calçado, etc. É relevante ter em consideração acordos entre Moçambique e diversos países ou grupos de países que conferem aos produtos de origem moçambicana vantagens ou mesmo isenção de impostos aduaneiros, e dos quais são exemplos importantes o AGOA (Lei de Crescimento e Oportunidades para África) celebrado com os EUA e o APE (Acordo de Parceria Económica), celebrado entre a SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) e a UE.





O agronegócio, como fator dinamizador do setor agrário como um todo é um dos setores definidos pelo Governo como estratégicos para o desenvolvimento económico do país, na medida em que participa ativamente no aumento da renda dos agricultores, na criação de emprego, no aumento do valor acrescentado dos produtos agrários e na geração de divisas através da exportação de produtos tradicionais e não tradicionais.

No que toca à agroindústria sente-se já uma tentativa de encontrar os parceiros empresariais adequados ao seu desenvolvimento, nomeadamente no processamento da produção agrícola e no abastecimento do mercado, não só a nível do governo central, como também a nível da província e da autarquia, com os respetivos responsáveis a envidarem esforços de captação de investimentos para o desenvolvimento económico local. A soja e a macadâmia, são apenas exemplos imediatamente evidentes deste movimento, mas produtos mais tradicionais estão também “a mexer”. Existem no país 174 indústrias de agro-processamento de média e grande dimensão.

E como se posiciona o trabalho da AICEP, neste contexto agrícola e agroindustrial em Moçambique? Sem

preferências setoriais mas acompanhando as tendências de mercado, a AICEP tem estado particularmente atenta aos movimentos do setor agro e agroindustrial em Moçambique, tendo organizado já seminários sobre o tema, um estudo no qual se baseia a informação deste mesmo texto, um *roadmap* do investidor no setor e diversas ações não setoriais mas, nas quais a temática também é abordada, como foi o caso do *roadshow* de oportunidades de negócio e investimento em Moçambique que, em Junho de 2018, foi levado a cabo em Portugal. Por outro lado, participa em eventos, conferências e reuniões de trabalho de responsabilidade organizativa de 3^{os} sobre oportunidades de negócio no setor agrícola e agroindustrial. E, naturalmente, porque é o seu 1^o foco, acompanha investidores portugueses nas suas abordagens ao mercado e empresas de capital português que operam em Moçambique, bem como associações empresariais nos seus esforços de abordagem de mercado. Particularmente a AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, pelo rigor e qualidade das intervenções que realiza, é um parceiro relevante para o trabalho da AICEP neste mercado. É sempre com prazer que divulgamos e, sempre que possível, nos fazemos presente, nos seminários e eventos que a AJAP prepara.



Eng.º Firmino Cordeiro,
Diretor Geral da AJAP

A AJAP ENQUANTO ONGD

A Associação dos Jovens Agricultores de Portugal assume como um dos principais objetivos da Cooperação Internacional, o apoio ao desenvolvimento das zonas rurais o seu rejuvenescimento e o progresso da agricultura contribuindo assim para a concretização das finalidades do Milénio.

O desenvolvimento do setor agrícola é considerado um fator crítico de sucesso para a economia de qualquer País e, para que tal aconteça, a formação de agricultores e agricultoras, e o estabelecimento de parcerias são sem dúvida, importantes ferramentas para o desenvolvimento das regiões.

Nesse sentido, considera-se estratégica a existência de ONGD's que de forma profissional e dotadas de conhecimentos técnicos relevantes apoiem os agricultores nas suas atividades e procurem as melhores soluções para o desenvolvimento das suas produções, bem como na comercialização e processamento dos excedentes.

Em síntese, a AJAP pretende o desenvolvimento das zonas rurais, a preservação dos recursos naturais, bem como contribuir para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) que consistiram basicamente no Desenvolvimento e erradicação da pobreza e no combate à fome e na promoção da qualidade, disponibilidade e acesso a alimentos nutritivos.

Os principais objetivos da AJAP enquanto ONGD:

- *Divulgar a importância da agricultura para o Desenvolvimento dos Países e para a sustentabilidade e conservação dos recursos naturais,*
- *Formar e aumentar a capacidade produtiva e comercial dos Agricultores,*
- *Procurar fundos e programas financeiros que possam alavancar projetos e iniciativas de Jovens Agricultores nos Países da CPLP,*
- *Criar em parceria com as Organizações Protocoladas nos países da CPLP, explorações-piloto associadas à formação (teórico-prática nas áreas agrícola, pecuária, inovação agrícola, agroalimentar e florestal),*
- *Introduzir novos métodos, novas variedades, novas técnicas de cultivo, inovação e empreendedorismo,*
- *Reduzir o impacto ecológico verificado em algumas áreas Rurais,*
- *Criar comunidades de autoajuda, criar mais riqueza e melhorar a qualidade de vida das zonas rurais,*
- *Reduzir a fome, a pobreza e promover a qualidade e maior disponibilidade e acesso a alimentos nutritivos.*



HISTORIAL DA AJAP ENQUANTO ONGD

A AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal é uma organização sem fins lucrativos, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, com o estatuto de ONGD e organização membro do CES (Conselho Económico e Social).

A AJAP nos trinta e cinco anos de existência assumiu como uma das suas principais prioridades o desenvolvimento de relações privilegiadas com os países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa). Em maio de 1992, a AJAP assiste à constituição da AJAM – Associação dos Jovens Agricultores de Moçambique, posteriormente em julho de 1993 é celebrado um Protocolo de Colaboração entre AJAP e a AJAM. Em julho de 1993, a AJAP promove o 1º Fórum Técnico com a participação de representantes dos Jovens Agricultores dos Países Lusófonos.

A AJAP ciente de que os Jovens Agricultores, através das suas Associações, constituem relevantes elementos dinamizadores, tomou a decisão de constituir uma estrutura agregadora e marcante do processo de cooperação – UAJAL (União das Associações dos Jovens Agricultores Lusófonos). Igualmente constituída pela Associação dos Jovens Agricultores do Brasil, a Associação dos Jovens Empresários Angolanos, a Associação dos Jovens Agricultores de Moçambique e o Departamento de Apoio à Juventude do Ministério da Educação, Juventude e Desporto de S. Tomé e Príncipe.

Resumo das Atividades Desenvolvidas pela AJAP em Moçambique

A AJAP acredita no sucesso da Cooperação pelo que nos últimos anos tem desenvolvido esforços para dinamizar iniciativas que visam reforçar a intervenção da AJAP nos Países da CPLP, em particular em Moçambique. No âmbito da cooperação desenvolvida em Moçambique, a AJAP estende a sua ação a várias províncias do País, nomeadamente Maputo, Gaza, Tete e Nampula.

Nos últimos anos, no seguimento dos objetivos definidos, tem garantido a continuidade do trabalho que tem vindo a desenvolver em Moçambique, sendo de destacar:

- *Acompanhamento Técnico dos Jovens Agricultores instalados em parceria com Jovens Moçambicanos,*
- *Participação anual na FACIM (Feira Internacional de Maputo),*
- *Realização de Missões Técnicas e Empresariais numa lógica de partilha de conhecimento e troca de experiências,*
- *Seminários sobre temas da atividade agrícola e promoção do associativismo e cooperativismo,*
- *Aprofundar relações institucionais com a FENAGRI (Federação Nacional das Associações Agrárias de Moçambique),*
- *Lançamento da PRODUJ (Associação Juvenil de Produtores Rurais de Moçambique), sediada na cidade de Chokwé,*
- *Assinatura de memorando de entendimento com a CPL – Cooperativa de Poupança e Crédito dos Produtores do Limpopo,*
- *Participação em reuniões envolvendo agricultores e seus representantes, e com os responsáveis do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) e com Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER),*
- *Protocolo de cooperação e apoio ao surgimento da Associação de Jovens Agricultores de Tete*

Em 1994 e 1995, a AJAP apresentou ao Instituto Português da Juventude, cinco projetos de Cooperação, no âmbito do programa Jovens Voluntários para a Cooperação (JVC). Estes encontravam-se inseridos na temática do reforço do associativismo destinando-se a Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. No decorrer do processo de elaboração dos projetos JVC foi da parte da AJAM – Associação dos Jovens Agricultores de Moçambique - que a AJAP sentiu maior receptividade e interesse num trabalho conjunto, pelo que o contacto com Moçambique, assumiu desde logo, carácter de prioridade.

Um dos objetivos intrínsecos ao Programa que a AJAP delineou em Moçambique consistiu na participação ativa dos jovens agricultores portugueses em parceria com jovens moçambicanos no desenvolvimento das comunidades locais, com a transferência de conhecimento, comercialização dos seus produtos agropecuários, emprego, facilidade no acesso a bens de consumo de primeira necessidade e apoio na área social, entenda-se saúde e educação.

ESTRATÉGIA FUTURA DA AJAP PARA MOÇAMBIQUE

Depois de um longo percurso em vários países da CPLP, nomeadamente em Moçambique a AJAP entende que é chegada a hora de retomar uma presença mais assídua no país onde tem apoiado a constituição de algumas organizações de agricultores, assinado protocolos de cooperação com várias instituições, e acima de tudo onde ao longo dos tempos tem divulgado e partilhado o que de melhor se faz em Portugal e na Europa.

Pretendemos através de uma presença constante em Moçambique com os nossos parceiros, desenhar em

colaboração com as autoridades oficiais Moçambicanas, junto das organizações representativas dos empresários e dos agricultores um quadro propício, para que surjam projetos de cooperação integrados, mais partilhados por todos, que conduzam a aumentos da produtividade agrícola, a um maior processamento e conservação dos mesmos e a uma melhoria na sua comercialização inclusive para exportar para a Europa através de Portugal numa relação perfeitamente bilateral.

“Rejuvenescer para Produzir, para Inovar, para trazer Conhecimento, para Processar e para Comercializar” são os chavões do acordo de Parceria que a Agrimag, a Reputação Moz e a AJAP, vão assinar por ocasião do III – Fórum Qualidade e Competitividade Agroalimentar no dia 29 de Agosto. Trata-se de oficializar um conjunto de vontades e objetivos comuns para que os Jovens de Moçambique, muitos deles já com formação média e superior nas áreas agrícolas, não desistam da ambição de poderem ser empreendedores, inovadores e resilientes face ao conjunto de dificuldades que enfrentam quando pretendem instalar-se como Jovens Agricultores.

A presença do Presidente do CEJA – Conselho Europeu de Jovens Agricultores, no III – Fórum vai seguramente deixar um sinal claro da vontade que muitos jovens do velho continente possam vir a estabelecer acordos de investimento nos setores agrícola, pecuário e agroalimentar com jovens e agricultores moçambicanos.

É este o principal objetivo da AJAP, depois de auscultar ao longo dos últimos tempos responsáveis governamentais de Moçambique, outros organismos da administração, responsáveis da CTA, da Fenagri, de inúmeras associações de agricultores e cooperativas, implementar um ambicioso programa de instalação de Jovens Agricultores. Respeitando os métodos tradicionais de cultivo, respeitando a experiência dos seus progenitores, os Jovens têm como missão aportar novos conhecimentos, novas práticas culturais, novos desafios na organização da produção, produzir mais qualidade, maior uniformidade, produzir o que o consumidor moçambicano quer e aquilo que os importadores internacionais necessitam.

Por ser um setor estratégico a agricultura deve ser encarada como o Petróleo e o Carvão Verdes de Moçambique. O seu desenvolvimento acarreta sinergias em todos os outros sectores de atividade, a industrialização, as infraestruturas e a terciarização.

Os meios financeiros são escassos, as infraestruturas do país ainda não são suficientes, nomeadamente as vias de transporte, mas em contrapartida existem solos de excelente aptidão agrícola, recursos hídricos suficientes e em muitas regiões abundantes ao longo do ano, e muitos jovens com formação média e superior nas áreas agrícolas.

Estamos juntos, falamos a mesma língua, pertencemos a uma comunidade a CPLP que ainda não percebeu que é muito mais forte o que nos une do que pequenas quezílias que por vezes criam alguma areia numa engrenagem, que tem de estar bem oleada para funcionar.

A AJAP- Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, está disponível para colaborar num processo construtivo e evolutivo da agricultura moçambicana assente na capacidade, conhecimento, resiliência e vontade dos jovens deste país irmão.



Dr. Salim Crompton Valá,
Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Moçambique



O MODELO ASSOCIATIVO E COOPERATIVO AINDA TEM UM GRANDE LUGAR PARA OCUPAR

O Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Moçambique, Dr. Salim Crompton Valá, expõe a sua opinião relativamente a medidas que podem ter lugar no setor agrário moçambicano, evidenciando o conhecimento, a inovação e o papel das Associações como impulsionadores e percursos de um estado agrícola salutar.

O SETOR AGRÁRIO EM MOÇAMBIQUE NECESSITA DE UM FORTE IMPULSO DE DESENVOLVIMENTO. O QUE É NECESSÁRIO FAZER PARA MELHORAR O SEIO AGRÁRIO MOÇAMBICANO E ATRAVÉS DE QUE MEDIDAS PODEM OS ESTADOS AFRICANOS CONTORNAR OS CONSTRANGIMENTOS FINANCEIROS PARA FOMENTAR O PROGRESSO NA AGRICULTURA E NO AGROPROCESSAMENTO?

A agricultura em Moçambique é uma atividade que movimenta muita gente, sobretudo nas áreas rurais, em que 80% da população a ela se dedica ou a outras atividades correlacionadas. Este setor tem muita influência no desenvolvimento económico e no rendimento das famílias. Há vários estudos que mostram que o fraco desempenho económico advém da fraca produtividade na agricultura. Quando a produtividade na agricultura sobe, os outros setores económicos também melhoram.

Atualmente temos cerca de 25% do PIB que provém da agricultura, o peso é significativo. Para a agricultura dar o salto, há efetivamente condições que têm que ser melhoradas, eu diria até que é necessária uma mudança revolucionária, pois os níveis de produtividade de grande parte das culturas alimentares, estão entre os mais baixos da África Austral. O milho, os feijões, o amendoim, a batata, a mandioca, são culturas fundamentais, mas com uma

produtividade muito baixa. Melhorar a agricultura passa por incrementar os níveis de produtividade... Nos últimos anos, a maior disponibilidade de alimentos, foi derivado do aumento das áreas cultivadas e não do aumento da produtividade.

O aumento da produtividade pode ser conseguido através de vários eixos. Um dos principais, e que considero prioritário é que a agricultura “seja feita” por pessoas que tenham conhecimento e domínio das técnicas que permitem melhorar a atividade, ou seja, o reforço da capacidade técnico gerencial dos produtores. Não conseguimos evoluir se não formos dotados de coragem para assumir que os produtores mais antigos, por muito que se esforcem, não terão um retorno tão significativo como aqueles que implementam com tecnologia. É importante ter pessoas com mais conhecimento técnico agrícola, com a incorporação de tecnologias de suporte à agricultura, e quem pode trazer estas valências são os jovens com formações especializadas.

A capacitação dos pequenos produtores pode ser feita através do serviço de extensão, bem-adaptado à realidade local, e com metodologia apropriada, é uma forma de incrementar o conhecimento nos produtores e de lhes permitir alcançar os condicionalismos que permitam aumentar a produção. O extensionista, o agente de desenvolvimento local, pode ser aquele que está na aldeia, nas povoações, a interagir com os produtores, passando conhecimento e a receber informação, e agindo em conformidade com a necessidade da produção.

Outro eixo, passa pela capacidade, antes do financiamento. Isto porque na minha ótica, o financiamento não pode ser encarado como uma panaceia que resolve todos os problemas, mas é importante. Ter acesso aos canais de financiamento, mas sabendo identificar qual é apropriado à natureza da atividade agrária. Um dos grandes problemas com que nos deparamos é que a maior parte dos bancos e do crédito bancário, não estão adaptados à situação concreta da agricultura, sendo por isso o crédito alocado noutras atividades económicas. Ou seja, é feita uma avaliação das áreas rentáveis, com mais garantias, maior

retorno e menos risco, e a agricultura não é contemplada neste universo.

O aporte de outras instituições, como o FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, que tem um programa no Sul do país de promoção das cadeias de valor. Na zona Centro e Norte, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado, este Fundo Internacional tem um programa de Promoção de Mercados Rurais. A intervenção destes projetos e de apoio externo, trouxe uma lufada de ar fresco, aumentou a produção e a produtividade e melhorou a rede de comercialização, incluindo do agroprocessamento. Quando nos questionamos sobre o que produzir, que quantidades, quando, para que mercados, é tão importante quanto aquilo que o produtor produz, ser absorvido por um mercado seguro e a um preço compensatório. Nesta sequência, outros elementos a ter em conta, são a produção, a colocação no mercado e a gestão pós-colheita... É aqui que as unidades de agroprocessamento são determinantes, para absorver em massa o que é produzido e transformar o produto de forma a um aproveitamento eficaz.

A CRIAÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM MOÇAMBIQUE, A EXISTÊNCIA DE INSTITUIÇÕES E ONGDs, TALVEZ MAIS INTERLIGADAS E ASSOCIADAS AO APOIO TÉCNICO AOS AGRICULTORES, À INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES, AO CRÉDITO BANCÁRIO/MICROCRÉDITO, E AOS SEGUROS AGRÍCOLAS, PODERÁ SER UMA VIA PARA QUE OS FUNDOS DISPONIBILIZADOS POSSAM TER UMA MAIOR EFICIÊNCIA?

Este é justamente o caminho promissor. O Estado não tem ainda os recursos necessários para investir massivamente na agricultura e em toda a cadeia de valor, então esta seria uma aposta estratégica. Por exemplo, nós temos algumas experiências interessantes de bancos, como o BCI, que apostam em programas de apoio ao setor agrário aos jovens, o GAPI tem estado a apoiar os jovens... Isto mostra que as instituições financeiras também estão a ver oportunidades de negócio no setor agrário. É fundamental prosseguir para instituições associativas, incluindo o papel da AJAP, que pode trazer a sua experiência para Moçambique, que já o começou a fazer através de encontros que têm grandes oradores do meio, que convidam a repensar na cadeia agroalimentar, na questão da comer-

cialização, no agroprocessamento, que são tudo vetores importantes da produção. Um bom sistema de comercialização incentiva o produtor, um bom sistema de financiamento adaptado à agricultura, incentiva os produtores, e isto mostra que o dinheiro é apenas um dos elementos importantes. É crucial que haja o conhecimento, o encaimento necessário, ou seja, mecanismos de capacitação, e a AJAP pode ter um papel chave, quer na capacitação de produtores, quer na capacitação de Associações e Cooperativas de produtores, ao usar o modelo associativo e cooperativo no desenvolvimento da agricultura e do meio rural. Juntarmos diferentes infraestruturas, dotadas de recursos, conhecimento e contactos, permite a obtenção de muita coisa positiva. Outra palavra correta a aplicar, é inovar, e significa que é preciso quebrar alguns paradigmas para se aceder aos instrumentos financeiros. A experiência de Portugal, nomeadamente da Caixa de Crédito Agrícola, poderia ser benéfica para Moçambique.

RELATIVAMENTE AO UNIVERSO ASSOCIATIVO E AO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE CONSIDERA POSSÍVEL QUE LHE SEJAM ATRIBUÍDAS MAIS FUNÇÕES JUNTO DOS SEUS MEMBROS E ASSOCIADOS EM GERAL?

Um dos grandes desperdícios que estamos a ter é não usar o modelo associativo e cooperativo nas zonas rurais. Por causa da experiência do passado (nos primeiros anos de independência), as pessoas criaram uma ideia errada das cooperativas, em que não viam resultados.

Comungo da ideia que muitas vezes a Associação e Cooperativa não devem entrar na fase de produção, pois esta é algo individual, familiar. Mas por exemplo, nós podemos associar para vender melhor preço, nós podemos associar para comprar com vantagem, ter meios mecânicos, ter assistência técnica, para o produtor ter voz junto do estado. No fundo é um veículo de pressão para a comercialização, para vender de forma vantajosa. O Estado já deu o seu apoio à criação da lei das cooperativas, à lei das associações agropecuárias, mas quem sabe talvez possa ser possível direccionar algum apoio para áreas específicas de associações.

O modelo associativo e cooperativo é algo que na área do desenvolvimento agrícola tem ainda um grande lugar para ocupar.

CONSIDERA AINDA QUE A ÚNICA FEDERAÇÃO QUE CONGREGA ESTA DINÂMICA NUM PAÍS COM A DIMENSÃO DE MOÇAMBIQUE (A FENAGRI – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES AGRÁRIAS DE MOÇAMBIQUE), DEVERIA TER UMA ESTRUTURA MAIS SÓLIDA (RECURSOS HUMANOS), MAIS VOZ JUNTO DA CTA (CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES ECONÓMICAS), JUNTO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR E DO MITADER (MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL)?

A minha visão sobre este assunto é que ter mais voz e mais influência, depende um pouco daquilo que fazemos ou não. O processo de crescimento das instituições, a maturidade, a responsabilidade, a seriedade. Há um processo natural de crescimento e fortalecimento institucional e será um processo que deverá exigir da própria FENAGRI, que ela se capacite, se potencie, de forma a ser um ator incontornável na discussão e na agenda do desenvolvimento agrário, com o Ministério da Agricultura, com o Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural, com os bancos, com o CTA, etc. Nós temos linhas de cooperação e com o mundo globalizado temos que criar alianças estratégicas, e eu penso que há bons sinais da parceria que a AJAP com a FENAGRI, que é de longo prazo e para dar apoio. Mesmo em momentos difíceis, a AJAP não abandona o seu parceiro.

A minha mensagem é de encorajar a FENAGRI a aproveitar as oportunidades que existem e não perder tempo, para que a cada ano que passa signifique amadurecimento e fortalecimento para poder alcançar objetivos que são os

objetivos de uma federação de agricultores e trazer resultados tangíveis.

CONSIDERA QUE O PROTOCOLO ASSINADO ENTRE A AJAP E A FENAGRI HÁ 6 ANOS (MAIO DE 2012), PODERÁ SER UM CASAMENTO IDEAL COM VISTA AOS OBJETIVOS QUE OS AGRICULTORES MOÇAMBICANOS E A AGRICULTURA EM MOÇAMBIQUE NECESSITA?

Conheço um pouco do percurso da AJAP, que leva mais de três décadas de trabalho e experiência e creio que a cristalização do acordo com a FENAGRI é um passo importante. São dois parceiros que podem aprender um com o outro, mas também podem fazer conjuntamente coisas que individualmente não poderiam fazer. Creio que um dos grandes aportes, em que a AJAP tem dado a Moçambique ao setor agrário, mas particularmente ao seu parceiro é passar a sua experiência, a sua visão muito otimista de que as coisas se fazem com trabalho, que o caminho se constrói e se aprende a fazer, mesmo com alguns percalços pelo meio.

Tive o privilégio de participar na agenda 20/ 25 Visão estratégia da Nação, e constatámos que a economia moçambicana funciona a duas velocidades. Temos um setor de agricultura de pequena escala, temos um setor da indústria manufatureira insipiente, que ambas dependem de investimento de capital doméstico. Há outro lado da equação, onde estão os grandes projetos energéticos, projetos de produção agrária com investimento externo, projetos florestais, projetos turísticos, e o Estado aqui entra apenas na estratégia de políticas de regulamentação.



Não há ligação entre as pequenas e médias empresas e os grandes projetos, é por isso que o setor privado tem falado muito em conteúdo local. Como é que as PME, que dominam cerca de 98.6% da paisagem económica moçambicana, mas elas não fornecem serviços aos grandes projetos. Mas se elas prestassem 50% das necessidades às grandes empresas, potenciava-se o crescimento. Portanto é importante que neste protocolo, nesta parceria, se possa ter em conta esta necessidade de alavancar as empresas pequenas moçambicanas para elas poderem prestar serviço e poderem competir no futuro.

COMO SABE, NO DIA 29 DE AGOSTO VAI REALIZAR-SE EM MAPUTO O III FÓRUM QUALIDADE E COMPETITIVIDADE AGROALIMENTAR PROMOVIDO PELA AJAP COM O APOIO DA FENAGRI. PERSPETIVA-SE A PRESENÇA DE SUA EXCELÊNCIA O MINISTRO DA AGRICULTURA, HIGINO MARRULE E A PRESENÇA DE SUA EXCELÊNCIA O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FLORESTAS E DO DESENVOLVIMENTO RURAL, MIGUEL FREITAS. CONSIDERA POSSÍVEL QUE OS DOIS MINISTROS DOS DOIS PAÍSES POSSAM APADRINHAR ESTE ENLACE ENTRE A FENAGRI E A AJAP?

Os governos definem a política, a estratégia e estão preocupados com o desenvolvimento económico e com o desenvolvimento da agricultura, certamente vão apoiar as iniciativas daqueles que fazem agricultura. Penso que é uma oportunidade ímpar, de poder estabelecer as diretrizes para a continuidade desta colaboração, que daquilo que conheço já vem sendo feita de há uns anos, e precisa de um novo impulso. Quer a AJAP, quer a FENAGRI já deram provas de estar interessadas em fortalecer o desenvolvimento da agricultura.

À SEMELHANÇA DA EUROPA, A AGRICULTURA NÃO É UMA ATIVIDADE ECONÓMICA MUITO ATRATIVA PARA OS JOVENS. DIVERSOS PROGRAMAS E INCENTIVOS TÊM SIDO COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DE FORMA A INVERTER ESTA TENDÊNCIA, QUE MUITO LENTAMENTE TEM TIDO ALGUNS RESULTADOS. ATENDENDO À PRESENÇA DO CONSELHO EUROPEU DOS JOVENS AGRICULTORES (CEJA) NO REFERIDO FÓRUM, DO QUAL A AJAP FAZ PARTE DESDE A SUA CRIAÇÃO (HÁ CERCA DE 30 ANOS), TENDO TAMBÉM EM CONTA QUE A AJAP PARA ALÉM DO PROTOCOLO COM A FENAGRI, COLABOROU NA CONSTITUIÇÃO DA PRODUJ (ASSOCIAÇÃO

JUVENIL DE PRODUTORES RURAIS DE MOÇAMBIQUE) HÁ DOIS ANOS, E NO MÊS PASSADO CONSTITUIU A ASSOCIAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES DE TETE, NÃO LHE PARECE BASTANTE PROPOSITADO QUE SEJAM ESTABELECIDAS PRIORIDADES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, TENDO A AJAP COMO PARCEIRA, DE FORMA A FOMENTAR PROGRAMAS SÓLIDOS DESTINADOS AOS JOVENS AGRICULTORES, DE FORMA A CONSEGUIR ATRAIR ESTA MASSA AO SEIO AGRÁRIO MOÇAMBICANO, COM VISTA A REJUVENESCE E A IMPULSIONAR TODO O TECIDO AGRÍCOLA?

A agricultura não é de facto uma atividade que atraia muitos jovens. O setor agrário (quando bem estruturado) dá dinheiro, mas tem ciência. Os jovens estão muito ligados à ciência e à inovação, a combinação de jovens e agricultura tem que ser baseada em conhecimento e investigação. Esses resultados da investigação têm impactos direto na produção e na produtividade.

Existe no instituto superior politécnico agrário (de Gaza e Manica), incubadoras de empresas, ou seja, os jovens finalistas e com capacidades estão a receber alguns recursos e estão a fazer belíssimos projetos de produção agrícola, produção pesqueira, produção pecuária e estão a ter resultados. Este é um bom caminho e sempre que falamos no papel que poderia ter a AJAP e a FENAGRI, a minha ideia era conseguindo alguns recursos, esta poderia ser uma linha de trabalho.

A FENAGRI e a AJAP podem ir buscar o talento e a energia de alguns jovens graduados, para eles poderem implementar projetos específicos. É algo que pode ter impacto e que possibilita dizer que o desenvolvimento é uma espécie de laboratório para desmistificar a ideia de que a agricultura é só para as pessoas envelhecidas, e que também é para pessoas jovens.

Há outras ideias de como atrair os jovens à agricultura, por exemplo, pegar em entidades com a FIDA ou a AGRA, fazer parceria, e irem aos institutos politécnicos buscar novos talentos e dar-lhes as ferramentas (financeiras, técnicas, ligação aos mercados). E por sua vez, estes conseguem passar o conhecimento a outros.

Embaixadora Josefa Leonel Sacko,
Comissária para a Economia Rural e Agricultura da União Africana



SURTO DA LAGARTA PRETA EM ÁFRICA: UM QUEBRA-CABEÇAS PARA A COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA

As parcerias de cooperação e desenvolvimento têm importantes missões em Solo Africano, deparando-se com equações que apelam à sua solução. A Embaixadora Josefa Leonel Sacko – Comissária para a Economia Rural e Agricultura da União Africana aborda uma problemática detetada nos Estados Membros da União Africana, o Fall ArmyWorm (FAW – nome inglês da lagarta preta), que tem ocasionado altos custos económicos e ambientais sem precedente para Governos e Agricultores.

FAW – O QUE É E ONDE FOI DETETADO

O surto inesperado da lagarta preta que começou em 2016, constitui uma verdadeira ameaça para a segurança alimentar e nutricional na medida em que este inseto, *Spodoptera frugiperda* se alimenta de mais de 80 espécies de culturas diversas, causando assim, danos economicamente importantes a cereais cultivados, como milho, arroz, sorgo, leguminosas e hortaliças. Esta ameaça à segurança alimentar e nutricional afeta diretamente as economias nacionais e os meios de subsistência das populações, especialmente dos pobres agricultores assim como dos habitantes urbanos de baixa renda.

O inseto/praga é nativo das regiões tropicais e subtropicais das Américas. Na fase adulta, o ácaro, consegue mover-se a uma distância de mais de 100 Km por noite. É nesta idade que a fêmea põe os seus ovos nas plantas dos quais eclodem as larvas que começam a alimentar-se dia-após-dia do seu hóspede causando infestações. Estas (infestações) se ocorrerem em grande escala, podem ocasionar perdas significativas de rendimentos para os agricultores. Para tal urge conhecer a natureza destas ameaças e sobretudo a sua disseminação em África.

O Fall ArmyWorm (FAW), nome inglês da lagarta preta, foi detetado pela primeira vez na África Central e Ocidental em 2016 em São Tomé e Príncipe, na Nigéria, no Benim e no Togo. Rapidamente, a praga espalhou-se e mais tarde foi noticiado em quase todos os Estados Membros da União Africana, particularmente nos Países de África Central, Austral e Oriental, nomeadamente em Angola, Botsuana, Burundi, República Democrática do Congo, Etiópia, Gana, Quênia, Malawi, Moçambique, Namíbia, Níger, Ruanda, Serra Leoa, África do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. Até fevereiro de 2018, 44 dos 55 países do Continente africano, isto é, 80% tinham noticiado a ocorrência, sendo o milho a cultura mais afetada.

A lagarta preta é na verdade, um quebra-cabeças para a Comissão da União Africana e impele não só desafios para a segurança alimentar e nutricional, mas, acima de tudo, desafios para cooperação internacional, partilha de experiências e informações. Precisamos fazer deste surto uma prioridade governativa da União Africana. Os Governos devem “abrir as portas” e permitir que as tecnologias fluam para que os agricultores possam fazer as escolhas que se impõem.

A AMEAÇA QUE A PRAGA REPRESENTA

O seu impacto no Continente ocasionou altos custos económicos e ambientais sem precedentes para Governos e Agricultores. Um estudo levado a cabo pelo CABI International, estima que entre 2017 e 2018, 13,5 milhões de toneladas de milho no valor de US \$ 3 bilhões estão sob risco do FAW na África Austral com evidências em Angola e Moçambique. No entanto, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento de Agricultura, encomendou um outro estudo centrado na compreensão do impacto potencial do FAW na produção de milho em 12 países africanos. Tudo leva a crer que o FAW poderá causar perdas de rendimento de milho de 8,3 milhões para 20,6 milhões de toneladas. O valor dessas perdas é estimado entre US \$ 2,5- 6 bilhões anuais.

Para nós enquanto Comissão da União Africana, é claro que esta praga representa uma série de ameaças à imple-

mentação do Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em África (PDDAA/CAADP) e, portanto, às aspirações da Agenda 2063. A presença do FAW em 80% dos Estados Membros, impele uma resposta coordenada para ações com vista a gerir o seu impacto em África. A Organização Mundial do Comércio (OMC) levantou preocupações de que o FAW esteja a tornar-se numa questão comercial. Como tal, o seu controlo nos Estados Membros da UA é de importância primordial.

O QUE ESTÁ A SER FEITO PARA COMBATER ESTA AMEAÇA?

Em primeira instância fez-se a harmonização de políticas e esforços de coordenação em resposta à minimização do impacto da lagarta. Nesta conformidade, a Comissão tem coordenado os esforços de vários parceiros técnicos e de desenvolvimento, incluindo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a CABI International, o Centro Internacional de Epidemiologia de Insetos e Pragas e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), em resposta ao desafio da lagarta preta no Continente. A Comissão da União Africana, em parceria com outras Instituições Internacionais, convocou reuniões consultivas para organizar uma resposta coordenada consubstanciada em ações eficazes com vista a conter o rápido surto do FAW. A fim de assegurar que a Comissão proporcione liderança na consciencialização ao mais alto nível de elaboração de políticas, o Gabinete do Vice-Presidente está a trabalhar em estreita colaboração com o Conselho Fitossanitário Intra-africano, um dos órgãos Técnico-Especializado da UA responsável pela gestão fitossanitária. Este gabinete técnico sob nossa alçada, tem estado a facilitar o consenso para uma posição comum em África quanto à plataforma global de defesa da saúde vegetal. Além disso, o escritório coordena os esforços continentais no cumprimento das Medidas Sanitárias e Fitossanitárias Internacionais para aumentar a produção e a produtividade das culturas e facilitar o comércio agrícola.

A Comissão iniciou e manteve parcerias estratégicas bilateral e multilateralmente para enfrentar os desafios que lhe são impostos pelo FAW. Os parceiros técnicos e de desenvolvimento trabalharam em concerto com a Comissão para documentar o impacto do FAW e consequentemente, desenvolveram e disseminaram folhetos,

fontes documentais relacionadas com o desmembramento do FAW.

Importa salientar que a Comissão empreendeu esforços par a Mobilização de recursos quer financeiros quer materiais.

Desta feita, através de um projeto de cooperação técnica (TCP) com a FAO, a Comissão mobilizou cerca de US \$ 500.000 cuja implementação cobrirá o seguinte:

- Apoio à Comissão da União Africana-Departamento de Economia Rural e Agricultura na organização de diálogos sobre políticas com várias partes interessadas,
- Reforço da capacidade da CUA-DERA para gerir as informações relacionadas com o FAW,
- Criação de uma plataforma de coordenação em toda a África,
- Apoio às ações regulatórias para garantir e acelerar o registro de produtos de baixo risco com vista a gestão do surto do FAW,
- Desenvolvimento de sistemas de alerta e intervenção rápidos e bem coordenados a nível nacional e regional e remediar as lacunas em matérias de capacidade técnica.

Todavia, a advocacia é a chave para fazer face à invasão que em pouco tempo colonizou quase todo o Continente. Pode-se enumerar várias atividades que se prendem com a advocacia e a sensibilização da opinião pública quanto aos desafios colocados pelo FAW em África e que se resumem pelo seguinte:

- Realização de uma conferência de imprensa com o Comité de Representantes Permanentes (COREP) e parceiros de desenvolvimento a 4 de agosto de 2017, a fim de sensibilizar a opinião sobre a gravidade e consequências deste surto no Continente. O evento foi presidido por S.E. Thomas Quarty Kwesi, Vice-Presidente da Comissão da União Africana;
- O surto recebeu uma abordagem particular, como praga emergente durante a 2ª Sessão Ordinária do Comité Técnico Especializado (CTE) sobre Agricultura,

Desenvolvimento Rural, Água e Ambiente de 2 a 6 de outubro de 2017;

- A Comissão participou da turnê ministerial de alto nível sobre “Fall Armyworm” no Brasil, organizada pela Agência Brasileira de Cooperação e USAID. Como resultado, o renomado corpo de pesquisa da América do Sul, EMBRAPA, trabalhará com a Comissão para apoiar tecnicamente os Estados Membros da UA na introdução de tecnologias sustentáveis de melhor gerir o FAW;
- A Comissão, convocou uma reunião especial com especialistas africanos durante a 13ª Sessão da Comissão de Medidas Fitossanitárias para mobilizar o apoio e a Assistência Técnica da Convenção Internacional de Proteção de Plantas; aos Estados membros da UA;
- Convocou um diálogo político de alto nível como um evento paralelo durante a 14ª Plataforma de Parceria CAADP que foi realizada em Libreville, Gabão, em abril de 2018;

- Organizou um diálogo político de alto nível à margem do Fórum da Revolução Verde Africana (AGRF) em 2017 em Abidjan, na Costa do Marfim;
- A Comissão está a realizar um estudo através do TCP assinado com a FAO com vista a criação do fundo de emergência sobre FAW, tal como recomendado pela 2ª Sessão Ordinária do Comitê Técnico Especializado (CTE) sobre Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Ambiente de 2 a 6 de outubro de 2017.

QUE LIÇÕES TIRAMOS ENQUANTO LIDERAMOS O PROCESSO NO CONTINENTE?

As Américas têm vivido com o FAW por décadas, lidando com ele através de uma série de opções tecnológicas. A Transformação Agrícola no Brasil e a Gestão do FAW mostraram que o investimento público é crucial, sendo necessário que os governos invistam, particularmente em pesquisa e treinamento, bem como criar uma parceria com o setor público, que pode fornecer as ferramentas de gestão necessária de combate ao FAW.



Dr. José Cardoso Cassandra,
Presidente do Governo Regional do Príncipe e Presidente da Comissão Executiva da UCCLA



AJAP - UM ELEMENTO PROMOTOR E ORIENTADOR

A UCCLA, União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa é uma associação de cidades capitais, representantes de povos e nações livres, contribuindo para o desenvolvimento e bem-estar das suas populações. O Presidente do Governo Regional do Príncipe e Presidente da Comissão Executiva da UCCLA, faz uma alusão à importância da criação de parcerias profícuas, sendo que a AJAP poderá acrescentar valor a partir do seu expediente.

TENDO EM CONTA A EXPERIÊNCIA DA AJAP, NOMEADAMENTE NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA A AGRICULTORES, E TENDO EM CONTA A MISSÃO EXPLORATÓRIA DE COOPERAÇÃO QUE JÁ EXECUTOU EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE, EM QUE ÁREAS PODERIA A AJAP VIR A COLABORAR COM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, POR FORMA A FOMENTAR O PROGRESSO NA AGRICULTURA?

Precisamente nesta área da agricultura, mas na perspetiva da transformação dos produtos agrícolas que aqui produzimos. A AJAP tem muita experiência e conhecimento neste ramo, e um dos problemas que os agricultores e a agricultura em S. Tomé e Príncipe sofrem é em torno dos produtos frutícolas, não tendo a capacidade e conhecimento da sua transformação. Por exemplo o abacaxi, bastante produzido aqui no Príncipe e de boa qualidade, a própria banana, que sendo nós um país produtor, não temos capacidade de trabalhá-la, conservá-la e transformá-la de forma correta. A mandioca, o inhame, o abacate, a goiaba, são produtos que podiam ser trabalhados no sentido que mencionei, e dessa maneira, a AJAP poderia sim, dar aporte à nossa agricultura de S. Tomé e Príncipe.

SENDO QUE A AJAP TEM VINDO A EXECUTAR PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES EM MOÇAMBIQUE E CONTINUA A PRESTAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA

AOS AGRICULTORES, VÊ A POSSIBILIDADE DE REPLICAR PROJETOS SIMILARES PARA SÃO TOMÉ?

Não só para S. Tomé e Príncipe. Nós temos acompanhado o trabalho que a AJAP tem feito e creio que deveríamos replicar algumas das ações, adaptadas à realidade de cada país, de forma a podermos contribuir para a melhoria da produção, comercialização, bem como a transformação de produtos. Temos que estar em rede, e trabalhar em cada um dos nossos países, para conseguir um grande e positivo impacto, pois se cada agricultor melhorar a sua produção, consequentemente vai melhorar o seu rendimento. Trabalhar com Associações como a AJAP, significa que podemos valorizar mais a nossa agricultura, e estou convencido de o trabalho que tem efetuado em Moçambique, poderá efetivamente ser executado em S. Tomé e Príncipe.

A UCCLA, ENTIDADE DE QUE É PRESIDENTE, DESENVOLVE VÁRIOS PROJETOS EM MOÇAMBIQUE, EM GRANDE PARTE RELACIONADOS COM A EDUCAÇÃO. SENDO A FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES, UMA DAS LACUNAS EXISTENTES EM MOÇAMBIQUE, DE QUE FORMA PODERIA IMPLEMENTAR PROGRAMAS DESTINADOS AOS JOVENS QUE FOMENTEM O ENSINO AGRÍCOLA? A AJAP PODERIA SER UMA FORTE ALIADA NESSE SENTIDO?

A UCCLA, em alguns casos, peca porque escolhe como parceiros as instituições dos países membros, e muitas vezes não sabemos aproveitar as valências de associações com grande experiência, como é o caso da AJAP. Está na altura de trabalharmos com associações que têm conhecimento referenciado no setor, para serem parceiras da UCCLA no terreno, quer na área da agricultura, quer na área da educação e de outras em que é necessário implementar medidas de desenvolvimento. Para fazermos e executarmos todos os projetos, necessitamos de conceber parcerias que possam atuar em outras frentes, em que a UCCLA não tenha um expediente tão forte, e neste sentido, a AJAP poderá ser uma excelente aliada.

Naturalmente e com uma abertura total. A UCCLA tem vários membros associados, e estamos receptivos a trabalhar com associações que têm a importância da AJAP. Um dos objetivos da UCCLA é ajudar a melhorar a situação dos diferentes países membros... Temos cidades que por vontade própria quiseram integrar a UCCLA, pois somos um veículo da lusofonia. Conhecendo as valências da AJAP, entendemos que se poderá candidatar a membro da UCCLA por direito, justamente pelo excelente trabalho que tem desenvolvido em Portugal e em países, como Moçambique, sendo por isso uma grande mais valia. Poderá, por isso, contar com a nossa colaboração para o efeito, pois gostava de trazer um pouco da experiência

da AJAP para disseminar todo o conhecimento que a capacita na área agrícola. Todos os países, nossos membros, têm a componente agrícola como desenvolvimento base da economia, e para trazer mais jovens ao setor, é necessário incentivá-los, motivá-los, pois uma parte desta massa olha para os resultados que a produção agrícola teve na geração dos seus pais e não sentem qualquer interesse em dar seguimento no mesmo setor. A Associação dos Jovens Agricultores de Portugal tem experiência nesta matéria, e pode funcionar como elemento promotor e orientador junto dos jovens. Poderíamos ganhar muito com a entrada da AJAP na UCCLA.

*Dr.ª Isabel Faria de Almeida,
Chefe de Cooperação da Delegação da União Europeia na República de Moçambique*



DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Desenvolver diversas iniciativas, apoiar parcerias e plataformas, aproximar instituições, entre outras atividades que promovam o progresso de Moçambique e a melhoria das condições de vida dos seus cidadãos. A Chefe de Cooperação da Delegação da União Europeia na República de Moçambique, Dr.ª Isabel Faria de Almeida, esclarece quais as principais intervenções e os projetos de cooperação que a União Europeia tem levado a cabo, declarando que existe um grande potencial para a geração de emprego no domínio da agricultura em Moçambique.

NOS PRÓXIMOS SETE ANOS, A UNIÃO EUROPEIA IRÁ INVESTIR CERCA DE 300 MILHÕES DE EUROS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL, NAS REGIÕES CENTRO E NORTE DE MOÇAMBIQUE, CONTEMPLANDO A ZAMBÉZIA E NAMPULA. QUE SETORES VÃO SER TRABALHADOS?

O objetivo principal das nossas intervenções de desenvolvimento rural é contribuir para um crescimento económico sustentável, inclusivo e abrangente. A eliminação da pobreza no contexto de segurança alimentar e nutricional e das mudanças climáticas tão importantes em Moçambique é a nossa meta.

Por isso optámos por uma abordagem de desenvolvimento que vai integrar intervenções nas áreas dos transportes, da energia, da segurança alimentar, da nutrição, da agricultura e da biodiversidade. A população destas duas províncias

deverá poder beneficiar de forma duradoura destes importantes investimentos da União Europeia, em parceria com o Governo de Moçambique. O nosso objetivo é mudarmos a vida das pessoas via o investimento nestes sectores-chave.

Em paralelo, continuaremos a cooperação com Moçambique no setor focal de boa governação, incluindo a gestão das finanças públicas, justiça, comércio, entre outros, bem como o apoio à Sociedade Civil. De salientar também que a questão da mulher ocupará um papel central em todas as nossas ações.

A FORMAÇÃO E O ENSINO AGRÍCOLA COM VISTA A FORMAR PRODUTORES AGRÍCOLAS DE EXCELÊNCIA, ESTÁ CONTEMPLADA NO PROGRAMA DE INVESTIMENTO?

A formação de produtores agrícolas de excelência está prevista no âmbito do apoio aos serviços de extensão rural, sejam eles públicos ou privados, do apoio às escolas na machamba do camponês, e também do estímulo ao desenvolvimento empresarial ou cooperativo para o agro-negócio.

Estes apoios seguem uma metodologia de formação e de acompanhamento (*coaching*), centrada na aprendizagem e na aplicação prática de novos conhecimentos e tecnologias e bem como, em menor medida, na formação através do ensino profissional. É importante que as experiências sejam partilhadas entre produtores e atores do sector agrícola de forma a divulgar melhores práticas agrícolas, mais rentáveis e amigas do ambiente.

Um outro foco será o desenvolvimento sistémico dos serviços de apoio à agricultura, que são essenciais para que o agricultor possa desenvolver plenamente o seu potencial. São tecnologias de comunicação e de informação, serviços financeiros e financiamento para a agricultura, extensão da rede dos agro-comerciantes e disponibilidade de fatores de produção agrícola de qualidade, entre outros.

Atualmente, nos programas da União Europeia em curso, criámos algumas parcerias pontuais com instituições de formação profissionalizante, sobretudo na área da investigação agronómica e da formação de alunos em extensão agrária. Temos exemplos bem concretos de apoio à introdução de novas culturas e técnicas: a produção

de gergelim ou a irrigação e a horticultura em campos de demonstração ou ainda os financiamentos com vista a dar bolsas de estudo para estágios. Gostaríamos de dar continuidade a estas iniciativas, no quadro do trabalho de formulação e de definição do novo ciclo dos projetos.

A AGRICULTURA É CONSIDERADA UM IMPORTANTE EIXO PARA ERRADICAR A FOME EM MOÇAMBIQUE. QUAIS AS AÇÕES DA UE NUM FUTURO PRÓXIMO, COM VISTA A POTENCIAR O SETOR AGRÍCOLA?

Penso que temos alguns exemplos concretos neste âmbito. Em primeiro lugar as ações que visam um aumento da produção e da produtividade agrícola para a produção de alimentos mais nutritivos e também para a obtenção de um excedente que possa ser comercializado, gerando assim uma renda, e incluindo investimentos em tecnologias e infraestruturas de pós-colheita ocupam um lugar de destaque na erradicação da fome. Estas ações não devem obviamente comprometer a qualidade e o valor nutricional dos produtos.

De mencionar também a importância da profissionalização e da formação empresarial com vista ao aumento da competitividade dos empreendimentos de agro-negócio, incluindo o ensino formal e a formação profissionalizante.

O apoio da ligação dos produtores ao mercado (organização em associações, apoio na negociação de contratos, comercialização, etc.) deve ser também salientado, assim como a criação de parcerias (públicas e privadas, e Business to Business/B2B).

Não podemos esquecer a extensão da rede dos serviços de apoio até ao meio rural, e a importância da inovação e da investigação aplicada no combate da fome.

PODE CONSIDERAR-SE QUE A ATIVIDADE AGRÁRIA É UM VEÍCULO QUE PODE TRAZER PROSPERIDADE A OUTROS SERVIÇOS, EM MOÇAMBIQUE?

Claro que sim, a atividade agrária pode ser certamente um veículo para estimular o setor produtivo e o setor terciário de serviços.

Moçambique ainda é um importador líquido de alimentos e a transformação da produção primária dentro do país

ainda é pouco explorada. Nota-se, por exemplo, a par do processo de urbanização ou crescimento das cidades, uma mudança das preferências alimentares registando-se um aumento da procura de alimentos processados. Estes são certamente mais interessantes devido ao seu maior valor acrescentado e à criação de emprego correspondente.

Adicionalmente, testemunhamos que o aumento da atividade agrícola estimula grandes setores da economia local, do negócio, transporte, comunicação, hospedagem, etc. Acreditamos que ainda existe muito potencial para o crescimento económico e para a geração de emprego no domínio da agricultura.

AS ASSOCIAÇÕES E FEDERAÇÕES DE AGRICULTORES MOÇAMBICANAS CONSTITUEM UM APOIO CRUCIAL AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGRÁRIO?

As Associações, federações, uniões têm um papel essencial no sector da agricultura. Não só são incontornáveis em termos de advocacia, mas também na defesa dos interesses dos agricultores. Estas associações são uma voz na articulação das necessidades e constrangimentos e na procura de soluções, com vista a influenciar a formulação de políticas e programas de apoio. No caso de Moçambique, talvez, este papel ainda esteja bastante aquém do seu potencial quando comparamos com cooperativas, uniões e federações semelhantes em alguns países Europeus.





Dr. Tomás Matola,
Presidente da Comissão Executiva do Banco Nacional de Investimento (BNI)

BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO (BNI) - O BANCO DE INVESTIMENTO MOÇAMBICANO, FOCADO EXCLUSIVAMENTE NO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

O Presidente da Comissão Executiva do Banco Nacional de Investimento, Dr. Tomás Matola, revela o desempenho e os projetos levados a cabo por esta instituição bancária, que assume um importante papel no desenvolvimento do país e junto do setor agrícola moçambicano.

(Excerto do artigo sobre o BNI, retirado da Revista AgriMag, Edição nº8 / maio e junho 2018)

O Banco Nacional de Investimento assume-se como o primeiro e único banco de investimento moçambicano, focado exclusivamente no desenvolvimento do país. No ativo desde 2011, o BNI está a investir na sua expansão, esperando-se que abra, a breve trecho, representações nas províncias de Gaza, Sofala, Tete e Nampula. Esta expansão é resultado do crescimento orgânico e operacional do banco e visa responder de forma mais efetiva a demanda crescente sobre os produtos e serviços da instituição a nível nacional.

O acesso ao financiamento está entre os maiores constrangimentos ao desenvolvimento do setor privado em Moçambique e instou os agentes económicos, fundamentalmente ao nível das pequenas e médias empresas, a olharem para outras alternativas de financiamento adequado para este segmento nas condições atuais do nosso tecido empresarial. Especificamente, no que tange aos desafios para a facilitação do acesso ao crédito por parte dos agentes económicos, sobretudo aqueles de pequena e média dimensão. Dentre as iniciativas com

esse potencial, cita-se a dinamização do mercado de capitais, a criação de mais sociedades de capital de risco, o estímulo ao desenvolvimento de derivados financeiros especialmente para cobertura da taxa de juro e da taxa de câmbio, o estabelecimento de centrais privadas de registo de crédito, o estabelecimento de incubadoras de negócios e unidades de transformação do sector informal em formal e a intensificação de programas de literacia financeira.

LINHAS DE FINANCIAMENTO AGRÍCOLA NO VALOR DE 6 MIL MILHÕES DE METICAIS

A existência da linha de crédito por parte do BNI foi revelada na cerimónia de lançamento do projeto MozGrow, uma iniciativa de promoção do sector agrícola moçambicano desenvolvido pela Fundação SOICO (FUNDASO), realizado em março último, no distrito de Chókwè, na província de Gaza. Na ocasião, o PCE do BNI disse que o montante resulta de uma conjugação de esforços da instituição visando contribuir para a “menorização da questão crítica do financiamento que muitos constrangimentos está a causar a atividade agrícola no país”.

Tomás Matola enfatizou o facto de o BNI, como um banco de desenvolvimento, reconhecer as responsabilidades que tem em encontrar soluções alternativas para o financiamento sustentável da agricultura através da mobilização de parceiros nacionais e internacionais, neste último caso, especificamente, os fundos de desenvolvimento que tenham recursos mais acessíveis que, mediante o estabelecimento de parcerias, permitem efetuar a repassagem dos mesmos em condições ajustadas ao perfil de risco e retorno da atividade, no caso vertente da agricultura.

“Para assegurar um nível de desempenho que permitisse o alcance dos objetivos do banco, mesmo num ambiente macroeconómico e de mercado adverso, a equipa do Conselho de Administração (do BNI) teve que adotar uma estratégia de prudência, mas com alguma criatividade, assente em três eixos, designadamente, a eficiência operacional, a gestão prudente de riscos e a diversificação das fontes de receita”, explicou o PCE do BNI, aquando da

apresentação do relatório e contas da instituição que dirige no ano de 2017.

O Presidente da Comissão Executiva do Banco Nacional de Investimento, destacou igualmente as parcerias já firmadas com instituições nacionais e internacionais de fomento do desenvolvimento da agricultura e atividades conexas, que estão a possibilitar a mobilização de recursos a custos relativamente mais baixos, tais que sejam repassáveis a atividade agrária a custos ajustados ao seu retorno. A título de exemplo, referiu-se ao Financiamento ao Agronegócio e Empreendedorismo (FAE), cujos primeiros desembolsos já foram efetuados.

Neste âmbito, um primeiro grupo de 13 empreendedores recém-graduados das escolas técnicas profissionais das áreas de agronegócios, localizadas no Vale do Zambeze, estão referenciados para se beneficiarem de um crédito, destinados a financiar os seus projetos. O apoio financeiro que os 13 jovens receberão surge como resultado da Linha de Financiamento ao Agronegócio e Empreendedorismo (FAE), avaliado em cerca de 400 milhões de Meticais. Este primeiro grupo de empreendedores deverá receber um total de 6 milhões de meticais pelo conjunto dos seus projetos, que, de forma geral, se propõe a desenvolver atividades como a produção do frango e a produção e comercialização de hortícolas.



Dr. Miguel Alves,
Administrador do Banco Comercial e de Investimentos (BCI)



ULTRAPASSAR DESAFIOS

A economia moçambicana apresenta um conjunto de desafios que é necessário ultrapassar, procurando um estágio de maior autonomia. O Administrador Executivo do Banco Comercial e de Investimentos, Dr. Miguel Alves, aponta algumas considerações imperativas para que haja um desempenho positivo do setor financeiro e consequentemente do setor agrícola.

- Criar esquemas de financiamento que estimulem os jovens moçambicanos a investir no setor agrícola é imperativo, considerando que o atual modelo não está a atingir, numa escala expressiva, a camada jovem.
- Moçambique tem um enorme potencial agrícola, no entanto continua a registar-se um fraco crescimento do setor. Além das dotações disponibilizadas pelo Banco Comercial e de Investimentos, é necessário regular as importações e fazer formações modulares

dos produtores em técnicas e gestão agrícola, com o intuito de propulsionar todo o setor.

- Dentro de um plano de medidas a serem aplicadas pelos Estados Africanos, no sentido de contornar os contrangimentos financeiros, fomentar o progresso na agricultura e na industrialização, impera a alocação de verbas para suportar o setor e estimular as seguradoras nacionais de forma a assegurarem empreendimentos agrários.
- No que respeita a instrumentos de financiamento aplicados pelo Banco Comercial e de Investimentos, têm sido divulgadas várias linhas de concessão para o seio agrário, mas que pouco se têm repercutido, pois há falta de garantias e seguros que cubram a estrutura agrária. A criação de uma parceria público-privada em Moçambique, associada ao apoio técnico aos agricultores, à instalação de Jovens Agricultores, ao crédito agrícola e aos seguros, poderá ser o caminho para uma agricultura funcional.

Professor Doutor Arlindo Cunha,
Ex-Ministro da Agricultura e Docente da Universidade Católica do Porto



PROGRAMAS DE AÇÃO ADAPTADOS A CADA COMUNIDADE

O desenvolvimento do setor agrícola é considerado um fator crítico de sucesso para a economia de Moçambique e, para que tal aconteça num padrão de sucesso, impera reforçar e capacitar os diversos palcos de medidas e os atores que neles intervêm.

O Ex-Ministro da Agricultura e Docente na Universidade Católica do Porto, Professor Doutor Arlindo Cunha, encara os programas de apoio técnico e o microcrédito como pontos fundamentais de apoio ao consumo interno local nos Estados Africanos, nomeadamente em Moçambique.

ESTRATÉGIA DE APOIO À PRODUÇÃO EM MOÇAMBIQUE ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO DE PORTUGAL

Temos entre Portugal e Moçambique uma rede de contactos ao nível empresarial do setor agroalimentar. No quadro dessa rede de contactos empresariais há lugar para parcerias de negócios, empresariais, de formação e apoio técnico. Penso que é através deste plano no âmbito empresarial, comercial, de investimento, de intercâmbio de mercadorias e serviços, agregado ao apoio técnico, que podemos dar o nosso contributo a Moçambique.

No âmbito da formação, a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal poderia ser uma forte aliada e colaborar nesse âmbito. A AJAP tem mais de três décadas de experiência, tem um quadro técnico muito preparado, sendo claramente uma entidade que pode apoiar este intercâmbio.

FOMENTAR O PROGRESSO NA AGRICULTURA E NA INDUSTRIALIZAÇÃO

O problema de desenvolvimento agrícola em África, passa também pela capacidade de liderança das comunidades

locais. Muitas vezes quando se pensa em países da África subsariana em termos de desenvolvimento agrícola, pensa-se apenas em termos de uma agricultura exportadora. É efetivamente um fator importante, mas antes de se refletir nesse registo, é imperativo pensar numa agricultura destinada a satisfazer as necessidades das comunidades locais.

Muitas vezes, estes países da África subsariana têm setores exportadores, mas, ao mesmo tempo têm enormes dificuldades em abastecer os seus mercados locais, recorrendo à importação em termos sistemáticos, quando poderiam incrementar políticas de desenvolvimento ao nível da assistência técnica e da produção. No entanto, uma estratégia de desenvolvimento, na ótica exportadora, deveria ter um maior apoio em termos de investimento. O microcrédito e os programas de apoio técnico são também vetores de apoio ao consumo interno local.

A par das estratégias mencionadas, considero que seria igualmente profícuo, equacionar o reforço do apoio que a União Europeia concede a estes países. O programa vigente ao nível do Fundo Europeu de Desenvolvimento é bastante robusto, têm um crédito anual considerável e um apoio técnico e financeiro em projetos de investimento. Penso que será no quadro deste apoio que a União Europeia atribui, que será registada a melhor forma de rentabilizar o financiamento do país.

A criação de parcerias público-privadas, a existência de instituições e ONGD's, com maior interligação e mais associadas ao apoio técnico a agricultores, à instalação de Jovens Agricultores, ao crédito bancário/ microcrédito e aos seguros agrícolas, poderá constituir uma estratégia de sucesso. Há que adaptar a parceria em si mesma em função do próprio modelo, impondo-se uma revisão específica para cada caso, elaborando um programa de ação e trabalhando ao nível de cada localidade, região ou sub-região, baseado em fatores realistas e que garantam um negócio de sucesso.

Professor Doutor Francisco Gomes da Silva,
Docente do Instituto Superior de Agronomia



AGRICULTURA MOÇAMBICANA: PASSOS PARA UM PATAMAR MAIS ELEVADO

Toda a História tem uma estória, e a de Moçambique é narrada em páginas de um árduo caminho, na sequência do processo de paz.

Docente no Instituto Superior de Agronomia, Professor Doutor Francisco Gomes da Silva, faz uma reflexão sobre o percurso da agricultura moçambicana, deixando a sua perspetiva dos passos que a poderão levar a um patamar mais elevado.

ESTRUTURAR, INCREMENTAR E RECUPERAR...

A Agricultura de Moçambique tem vindo a percorrer um caminho complexo, na sequência do processo de paz. É preciso ter presente que, após longos anos de guerra pela independência e de guerra civil, a generalidade das atividades económicas enfrentou inúmeras dificuldades. A Agricultura não é exceção, antes pelo contrário.

De facto, a redução das atividades económicas, acabaram por reconduzir uma parte muito significativa da população de regresso aos campos, para uma agricultura essencialmente de subsistência, com um muito reduzido nível de incorporação de conhecimento e de tecnologia. Este baixo nível de tecnologia é contrabalançado por elevados níveis de mão-de-obra, geralmente muito pouco especializada, e por um muito reduzido nível de produtividade, tanto da terra como da própria mão-de-obra. Uma outra característica deste modelo de agricultura é o difícil acesso aos mercados, quer de fatores de produção (o que explica a ausência de tecnologia), quer dos próprios produtos, o que impede a captação de valor por parte dos agricultores.

No meu entender, a transição da agricultura Moçambicana para um patamar mais elevado de desenvolvimento será

facilitada na medida em que for possível dar passos decididos em algumas das seguintes direções:

- Incrementar a organização dos pequenos produtores familiares, em estruturas de tipo associativo e/ou empresarial, conduzindo a um aumento de escala e a uma maior capacidade de negociação junto dos mercados;
- Dinamização do aparecimento de unidades receção, armazenamento e transformação, passíveis de absorver os volumes de produção originários das explorações agrícolas, contribuindo para a sua valorização;
- Fomentar a diferenciação tecnológica dos agricultores com melhores condições, pois serão estes os principais motores do desenvolvimento dos restantes; neste ponto, assume particular relevo a existência de programas de assistência técnica e de apoio financeiro especificamente dirigidos a agricultores que apresentem elevado potencial de diferenciação;
- Dinamizar os mercados de fatores de produção, garantindo a possibilidade de acesso dos agricultores aos principais fatores de produção (sementes e plantas, adubos e agroquímicos, equipamento, etc...)
- Recuperar e melhorar as infraestruturas (vias de comunicação, acesso a energia), fator essencial à quebra de isolamento das explorações agrícolas e suas associações;
- Estruturar e fomentar o acesso ao crédito (tanto para apoiar investimentos como para apoiar a tesouraria das explorações agrícolas), introduzindo sempre uma cultura de responsabilidade pelas obrigações que esse crédito sempre acarreta. Ou seja, é essencial que o agricultor sinta, após a obtenção de um empréstimo, que tem mesmo que cumprir com um serviço de dívida, por muito bonificado que seja.

A par deste tipo de medidas e iniciativas, creio que será de fundamental importância a instalação de grandes unidades agrícolas, de tipo empresarial, que tenderão a aglutinar à sua volta os agricultores de menor dimensão.

Estas unidades, que tanto poderão ser privadas como públicas ou mistas, deverão assegurar desde logo volumes de produção que mais facilmente justificam a instalação de indústrias de transformação, disponíveis para receber também a produção das explorações de menores dimensões. É também através destas empresas agrícolas de maior dimensão, com capacidade técnica instalada, que mais facilmente se poderá disseminar a tecnologia que garanta o aumento da produtividade e a criação e captação de valor junto dos agricultores.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, INSTITUIÇÕES E ONGDs, ALIADAS AO APOIO TÉCNICO AOS AGRICULTORES, À INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES, AO CRÉDITO BANCÁRIO/ MICROCRÉDITO, E AOS SEGUROS AGRÍCOLAS – MAIOR EFICIÊNCIA?

Quando se procura fomentar o desenvolvimento da agricultura em Moçambique, penso que não se deverá excluir, à partida, qualquer tipo de forma de organização ou de parceria entre entidades que para ele possam contribuir.

Em concreto, e quando existem, como é o caso de Moçambique, programas de desenvolvimento da agricultura financiados por doadores diversos, torna-se essen-

cial que esses recursos financeiros possam ser aplicados no que é realmente essencial. Entidades que estejam bem enraizadas no terreno, podem representar uma mais-valia para garantir o bom uso desses fundos. Chamo, no entanto, a atenção para o facto de, onde existe dinheiro doado estes cuidados terem que ser redobrados, evitando-se que, com os fundos destinados aos agricultores e ao seu desenvolvimento, possamos estar a utilizá-lo essencialmente para a manutenção da estrutura de algumas dessas instituições. É um risco que deve ser evitado.

O desenhar de programas de apoio técnico de médio-prazo (3-5-anos), é um passo essencial para que se possam abreviar alguns dos tempos associados ao processo de desenvolvimento da agricultura. Nestes programas, o efeito de demonstração é essencial. Os pequenos agricultores familiares, se puderem observar com os seus próprios olhos os efeitos de uma determinada prática, aderem a ela muito facilmente.

Uma palavra particular relativamente à instalação de jovens agricultores, pois eles constituem a melhor porta de entrada para o desenvolvimento das explorações agrícolas. O apoio à sua instalação é essencial, como essencial é, também, o seu acompanhamento nos anos seguintes a essa instalação.





Eng.ª Ondina Afonso,
Presidente do Clube de Produtores Continente

CLUBE DE PRODUTORES CONTINENTE - O MELHOR DE PORTUGAL

A missão do Clube de Produtores Continente é promover os produtos nacionais de acordo com elevados padrões de qualidade e segurança, apoiando os seus associados. Uma função que atinge de forma favorável várias frentes, principalmente o núcleo de produtores, que têm assim, garantida uma via para o escoamento da sua produção, e ao nível dos clientes, que beneficiam no consumo de produtos portugueses, de origem e qualidade comprovadas.

A Presidente do Clube de Produtores Continente, Eng.ª Ondina Afonso, traz o exemplo deste “Clube” (que está integrado na cadeia de hipermercados Continente, uma grande referência no setor de retalho alimentar), como um exemplo do que se poderia criar em Moçambique a fim de auxiliar e promover um circuito de produção e consumo, no qual pequenas empresas familiares também são integradas.

Em 1998 surge o Clube de Produtores Continente enquanto plataforma de suporte à produção nacional no que respeita à relação com a Distribuição Moderna, nomeadamente com o grupo SONAE Modelo Continente.

Esse apoio materializou-se pelo suporte dado por um conjunto de técnicos do Clube de Produtores aos agricultores portugueses, focando nas boas práticas de produção de frutas e legumes. Foram celebrados contratos programa com centenas de produtores e que permitiram estabilizar e antecipar a oferta, em quantidade e valor, bem como garantir a qualidade das frutas e legumes que seriam vendidas nas lojas Modelo Continente. Posteriormente juntaram-se produtores de carne, de queijos e enchidos, de pães regionais e pasteleria tradicional, de vinhos e azeites, de mel e compotas.

Por forma a elevar o padrão de qualidade e segurança alimentar da oferta nacional foi desenvolvido e

implementado em 2010 um sistema de certificação do Clube de Produtores Continente, baseado num conjunto de normas e referenciais europeus, tendo sido crucial para o fortalecimento qualitativo da produção, tornando muitos dos produtores grandes exportadores. Hoje em dia a certificação dos produtores integra também critérios de sustentabilidade ambiental.

Paralelamente realizaram-se iniciativas com impacto mediático no sentido de dar a conhecer os produtores nacionais aos consumidores.

O Clube de Produtores Continente é por isso um marco de extrema importância no apoio à produção nacional, com a missão de promover os produtos de origem portuguesa junto dos clientes e reforçar as parcerias estratégicas com cada um dos produtores que dele fazem parte.

O foco está nas parcerias estratégicas entre o Continente e os produtores, como é o exemplo da Academia do Clube de Produtores Continente, iniciativa onde os produtores são convidados a frequentar um programa de capacitação e cujo objetivo é partilhar conhecimento relacionado com as várias áreas da cadeia de abastecimento. A apoiar a Academia estão vários quadros da Sonae bem como um conjunto de investigadores de renome que fazem parte do Conselho Científico do Clube de Produtores.

Hoje em dia o Clube de Produtores presta igualmente apoio à produção local, de pequena escala abrindo a oportunidade a vários produtores para abastecerem algumas lojas da região onde estão inseridos, apresentando-se nas lojas enquanto “Produtos da Região”. Com isto o Clube de Produtores é Embaixador das pequenas empresas familiares, dos seus produtos tradicionais com edições limitadas e que satisfazem a população local! São exemplo as centenas de padarias e pastelarias regionais que fornecem as lojas do Continente.

O objetivo destas ações é um só: oferecer o que de melhor se produz em Portugal e satisfazer assim os clientes do Continente.



Dr. Amândio Santos,
Presidente da PortugalFoods

NA AVICULTURA PODE ESTAR O GANHO

O investimento na avicultura, constitui uma grande oportunidade de negócio em Moçambique, ambiçionando-se que seja criada autossuficiência em detrimento da elevada dependência externa que existe neste setor.

O Presidente da PortugalFoods, Dr. Amândio Santos, enquanto líder desta importante associação formada por empresas, põe em perspetiva a indústria avícola europeia como um exemplo competitivo, inovador e sustentável, podendo ser uma mais valia para Moçambique, a partir da troca de conhecimento e de parcerias estratégicas com operadores europeus.

Durante décadas vistos com poucos benéficos para a saúde, os mitos de que devemos comer apenas um ovo por semana, que o colesterol existente na gema era de evitar e outros argumentos sem fundamento condicionaram a confiança do consumidor neste produto nobre e de riqueza nutricional inquestionável.

Os ovos são um dos alimentos básicos de qualquer dieta alimentar e, por assim ser temos vindo a assistir a verdadeiras revoluções do setor avícola na Europa. Se recuarmos à década de setenta e oitenta o setor estava fortemente atomizado e o número médio de aves por exploração era inferior a 5.000 em produção no solo. Assistimos depois ao aumento significativo das explorações e nos dias de hoje é fácil assegurar modos de produção com as máximas condições de bem-estar-animal e biossegurança, alojando numa só nave 200.000 galinhas.

Diz o ditado que ave de bico não faz o dono rico. A avicultura é um setor exigente, mas entusiasmante e apaixonante. O consumidor é cada vez mais bem informado e exigente e o avicultor tem de saber acompanhar as novas tendências e assim, uma vez mais o setor avícola europeu está confrontado com alterações estruturantes

e exigentes - o consumidor exige ovos "cage-free," ou seja, a preferência está em ovos de produção alternativa às gaiolas, os designados sistemas de produção no solo, ar livre e ecológico.

A avicultura adapta-se ao consumidor que tem opção de escolha, sempre com a garantia de consumir produtos saudáveis, seguros e provenientes de explorações avícolas que cumprem os máximos requisitos de bem-estar-animal e práticas de produção sustentáveis.

Esta experiência que ao longo de décadas tornou a avicultura uma indústria que procura máxima eficiência é o garante que países como Moçambique podem aproveitar este património de conhecimento para desenvolver uma estratégia de desenvolvimento setorial estabelecendo parcerias estratégicas com operadores europeus, aproveitando os bons recursos naturais e potencial agrícola que tem.

Consumir um ovo por dia e não imaginamos o bem que nos fazia...

A PortugalFoods é uma associação formada por empresas, por entidades do sistema científico e tecnológico nacional e por entidades regionais e nacionais que representam os vários subsectores que compõem o setor agroalimentar português. É reconhecida por toda a fileira, Ministério da Economia e Ministério da Agricultura e Pescas Português como sendo o principal interlocutor e dinamizador do Agroalimentar português.

Sr. Daniel Dimas,
Líder da APROSEL, Diretor da FENAGRI e Vice-Presidente do Conselho Diretivo da CTA



ENTIDADES DE SUCESSO

Líder da APROSEL, Diretor da FENAGRI e Vice-Presidente do Conselho Diretivo da CTA, Sr. Daniel Dimas, dá o seu testemunho relativamente ao trabalho desenvolvido pelas entidades mencionadas. Destacando a FENAGRI - Federação Nacional das Associações Agrárias de Moçambique, que tem um protocolo com a AJAP, celebrado em 2012, e tem como objetivos a promoção e o desenvolvimento agrário, de forma a permitir o crescimento dos pequenos e médios agricultores, e também os de maior dimensão.

FALE-NOS DA SUA EXPERIÊNCIA COMO AGRICULTOR E ENQUANTO LÍDER DA APROSEL.

A minha experiência como agricultor e produtor de sementes. Quando tínhamos contratos para produção e fornecimento a grandes companhias como SEMOC, PANNAR e SEED COO, tivemos grandes sucessos, pois estes eram o fecho da cadeia. Como dirigente, orgulho-me de liderar uma das associações, bem-sucedida, para produção e seleção de sementes (leguminosas e cereais) e ter recebido um galardão de melhor líder associativo a nível nacional.

A APROSEL É UMA DAS ASSOCIAÇÕES QUE DEU ORIGEM À FENAGRI. QUAIS ERAM AS EXPECTATIVAS DA V. ASSOCIAÇÃO EM RELAÇÃO À FEDERAÇÃO?

A nossa expectativa era termos uma federação muito abrangente que pudesse coordenar todas as associações, buscar apoios, tanto na formação como conceção de projetos para os associados.

MOÇAMBIQUE TEM MAIS DE 150 DISTRITOS RURAIS. A FENAGRI ESTÁ PRESENTE EM ALGUNS DESTES DISTRITOS. QUAL SERIA, NO SEU ENTENDER, A FORMA COMO SE PODERIA ESTENDER A ABRANGÊNCIA DA FEDERAÇÃO A UM MAIOR NÚMERO DE DISTRITOS DO PAÍS?

Na nossa perspetiva, a criação de federações em todas as províncias, tendo a FENAGRI como confederação. Assim, seria possível alcançar e abranger todos os distritos do país.

NO ENTENDIMENTO DA FENAGRI, E ATENDENDO AO PESO DO SETOR AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE, CRÊ-SE QUE POSSA EXISTIR, DORAVANTE, UMA INTERLIGAÇÃO MAIS FORTE E UMA PRESENÇA MAIS ASSÍDUA DA DIREÇÃO DA FENAGRI, JUNTO DA CTA, COMO TAMBÉM DO GOVERNO, NOMEADAMENTE DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL. CONCORDA?

Consideramos que tivemos um período de 15 meses com pouca atividade, devido a fatores organizacionais dos órgãos sociais da FENAGRI que fizeram com que não atingíssemos este desiderato. Mas acredito que estamos no bom caminho, e tudo fazemos para termos uma presença efetiva tanto na CTA como no Ministério da Agricultura e no Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural.



Dr. Adelino Buque,
Presidente do Pelouro da Agricultura da Confederação das Associações Económicas (CTA)



POTENCIAR O SETOR AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE - O PAPEL DO SETOR PRIVADO E DO GOVERNO

O Presidente do Pelouro da Agricultura da Confederação das Associações Económicas (CTA), Dr. Adelino Buque, é também um conceituado e experiente empresário no ramo agrícola. Tendo assumido o cargo nesta importante Confederação, criada para responder aos desafios da implementação da economia de mercado, explicou em entrevista à Revista AgriMag a sua perspetiva em relação à importância do comprometimento de um leque de intervenientes conjuntamente com a integração de políticas salutaras, que podem conduzir ao sucesso da agricultura em Moçambique.

(Excerto da entrevista do Dr. Adelino Buque retirada da Revista AgriMag, Edição nº7 / março e abril 2018)

Penso que a atividade agrícola é onde podemos encontrar a solução dos vários problemas, sobretudo, numa economia como a nossa, que não é desenvolvida, é onde podemos encontrar o maior número de emprego para as pessoas, e é também onde podemos encontrar a solução alimentar.

O sector privado naturalmente entra na agricultura como negócio, ou seja, como oportunidade para produzir e comercializar a sua produção, em função dos interesses que possam existir. Nesse sentido, nós, o sector privado, estamos a trabalhar para que não haja percas ao nível de produção na cadeia de valor porque, muitas vezes há muitas perdas intermédias, desde o produtor até ao consumidor, que é preciso resolver. Nesse sentido, estamos todos engajados. Mas, cada um tem uma quota-parte a fazer porque o agricultor não vai fazer tudo. O agricultor produz. Tem que haver quem comercialize.

Tem que haver quem vai se responsabilizar pela comercialização a grosso, quem vai comercializar a retalho, etc. Mas, esta estrutura já esta fora da esfera do produtor, do ponto de vista de consumo, porque quando se produz para o mercado, tem-se outros segmentos, outros intervenientes.

Quando nós falamos da agricultura (no sentido global de setor), falamos de um interlocutor que é o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA). Mas, quando o produto já existe, há outros intervenientes, quer para a área dos transportes, no sentido de transportar a mercadoria para a cidade; quer para a área de indústrias de manufatura, que prepara as embalagens e grades para transportar as mercadorias; e temos os municípios, que são os grandes centros de consumo. Todos estes têm algum papel a desempenhar para que a agricultura de facto, tenha sucesso. Então, só com intervenção de todos estes é que podemos considerar que a agricultura pode vir a ter sucesso. Como se pode notar, o sector privado não tem um nível de intervenção grande nesse processo. Há, sim, um regulador, que é o que desempenha um papel importantíssimo de ponto de vista de resultados finais.

É preciso que exista um interlocutor que esteja comprometido com o processo como um todo. Eu refiro-me, neste caso específico, ao Governo. Quando, no Governo o sucesso da agricultura fica a distrito ao Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, certamente, está-se a cometer um grave erro! É importante que o Ministro da Indústria e Comércio esteja comprometido com o sucesso da agricultura, porque é a ele que compete traçar políticas do comércio, é o ciclo à jusante da produção. Se esta parte a jusante não está comprometida, naturalmente que o Ministério da Agricultura poderá criar condições para a produção, mas, a mesma não terá sucesso. Os governos municipais têm um grande papel, porque eles é que têm e gerem os mercados municipais. O Mercado Grossista do Zimpeto, por exemplo, é gerido por um município. Se um município não tem a capacidade de gerir de forma responsável aquele mercado de modo a responder as perspetivas da agricultura, naturalmente

esta não vai ter sucesso. Portanto, é com estes interlocutores com quem temos que estar todos os dias a dialogar para lhes fazer sentir que o sucesso da agricultura não depende exclusivamente de produção, mas, depende de toda uma cadeia que culmina com o consumidor a ter o produto na sua mesa ou na sua cozinha.

Por outro lado, a questão do financiamento da agricultura passa também – e mais uma vez – por um compromisso do Governo. É que nós sabemos que os bancos comerciais também trabalham para vender e (através da venda do dinheiro) terem os seus lucros. Ora, não é possível impor uma regra diferente e que afete os ganhos que um determinado banco planificou para ter. E não é, também, possível que um banco comercial possa agir fora daquilo que são os indicadores do próprio Banco de Moçambique, nomeadamente, as taxas de juro. Então, o que nós pensamos é que o Governo deve ter uma política para o financiamento à agricultura, que passa por captar financiamentos de baixo custo e encontrarmos um interlocutor interno que possa operacionalizar sem olharmos para aquilo que são as regras especiais de compra e venda do dinheiro (através das regras dos bancos comerciais).

O financiamento à agricultura de hoje requer uma atitude mais arrojada do Governo.

A CTA tem-se posicionado em vários momentos relativamente à crise económica que atravessa Moçambique nos últimos anos, nomeadamente através do nosso Presidente. O nosso Diretor Executivo também se tem posicionado através de fóruns apropriados, nalguns casos, recomendando e, noutros, chamando atenção sobre o impacto negativo que isto tem ao setor privado de uma forma geral. Agora, especificamente, na agricultura as coisas pioram porque numa economia em que os créditos são na ordem de 30% em diante é muito difícil financiar a produção agrícola, pecuária, ou seja lá o que for. Vamos continuar a trabalhar no sentido de captar outros financiadores que não sejam meramente comerciais, mas virados ao desenvolvimento. Por exemplo, o BNI é um desses bancos virados ao desenvolvimento, tem alguns pacotes que também é preciso que sejam divulgados. De forma geral, estamos a trabalhar para que o sector agrícola não fique refém dessa atual situação, mas tenha alternativas de ponto de vista de financiamento da sua atividade.



A RELEVÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

O papel do associativismo na sociedade é imprescindível, contribuindo para aumentar a competitividade das empresas agrícolas, reforçar a capacidade de intervenção dos seus profissionais, bem como partilhar oportunidades e participar ativamente da discussão, concertação e reflexão dos problemas dos agricultores e empreendedores.

A PRODUJ E O PAPEL QUE DESEMPENHA

A PRODUJ é uma Associação Juvenil de Produtores Rurais de Moçambique, para além de ser uma instituição de utilidade pública sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, goza de autonomia administrativa, técnica, política, científica, financeira e patrimonial. Tem um papel indispensável na promoção do desenvolvimento económico e social das comunidades locais, da região e do país, através da prestação de serviços sociais, profissionais, bem como a produção de bens de consumo. A PRODUJ está, também, ligada ao Conselho Nacional da Juventude, coordenada através do Conselho Provincial da Juventude de Gaza, que por sua vez é tutelada pelo Ministério da Juventude e Desporto. O Conselho Provincial da Juventude desempenha um papel crucial na mobilização de Jovens para participar ativamente na produção agrícola.

APOIO AOS JOVENS AGRICULTORES - UMA NECESSIDADE IMINENTE

Os esforços do Governo, principalmente para zona sul do país, em que o associativismo ainda não tem muita ex-

É com este espírito que a AJAP se vai unir a duas novas Associações moçambicanas, dando o seu valioso contributo, potenciando a atividade agrícola e avistando a instalação de mais jovens agricultores.

Benedito Monjane, Presidente da PRODUJ – Associação Juvenil de Produtores Rurais de Moçambique, e Lúcia Noriate, Representante da Associação de Jovens Agricultores de Tete, relatam as mudanças que são ainda necessárias ocorrer no seio agrícola, bem como os benefícios vindouros de parcerias vinculadas com entidades como a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal.



*Professor Benedito Monjane,
Presidente da PRODUJ*

pressão, são muito insignificantes. Jovens empreendedores e com ideias ficam com as expectativas muito limitadas, e os seus projetos acabam simplesmente por ficar no papel, por falta de linhas de financiamento de iniciação da atividade agrícola. As linhas de financiamento existentes do Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA), PROSUL, SUSTENTA, entre outros, são de difícil acesso, exigindo que os candidatos entrem com uma prestação, no entanto, os jovens não dispõem de capital. Devia ser pensada uma alternativa, como por exemplo, um fundo de iniciação empresarial, com um período gratuito e depois efetuar a liquidação das prestações mensais com juros menos elevados.

Existem barreiras muito acentuadas para que os jovens se tornem empreendedores (pela falta de programas de financiamento), fazendo com que se sintam marginalizados e excluídos no processo de desenvolvimento socio-económico. Se o jovem poderia ser o ator principal na atividade económica do país, nomeadamente na agricultura, aqui acontece o inverso, vendo as suas expectativas reduzidas a cinzas pela falta de apoios.

AGRICULTURA EM MOÇAMBIQUE – EM QUE FRENTES É NECESSÁRIO ATUAR PARA PROSPERAR?

Havendo um entendimento sério por parte de quem é de direito e achando que é seu dever amparar os seus cidadãos, devia de forma incansável criar um bom ambiente de execução de projetos virados para a agricultura inclusiva, desde a concessão DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento de Terra), financiamento com um período gratuito, sem se descorar a aplicação de juros bonificados para incentivar a prática de uma agricultura consciente. Moçambique ainda pratica uma agricultura de subsistência porque não produz numa escala em que o seu povo tenha primeiro que satisfazer a sua demanda e posteriormente o excedente, para repensar a comercialização interna e para outros mercados além-fronteiras.

Há uma certa utopia quando se fala de agricultura em Moçambique. Há debates sobre o setor, levados a cabo por múltiplos intervenientes, mas que não trazem as reais soluções, trazem sim, um conjunto de ideias sob a forma de perguntas, em que as suas respostas a longo prazo não têm nenhuma sustentabilidade. É inconcebível que com tanta terra arável que Moçambique dispõe, não haja aloca-

ção de investimento agrícola... Os projetos atuais do Governo, através do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (FDA, PROSUL, SUSTENTA), têm muitos condicionalismos para o acesso, levando as pessoas a optar pelo associativismo e cooperativismo para vencer essas barreiras.

Acredito que com um pouco de esforço do Governo, se possa pôr em prática uma parceria Público-Privada para a redução e simplificação de acesso ao crédito agrícola, bem como um ambiente de negócio saudável.

AJAP – UMA PORTA INCONTORNÁVEL PARA O SUCESSO

A cooperação é sempre necessária, pois iria trazer diversas mais valias, ao nível da transferência de tecnologias, da formação de técnicos e profissionais da liderança dos órgãos sociais das associações, bem como dos seus membros e, criar no seio das arenas políticas a confiança para investir nas associações e no desenvolvimento da agricultura. Neste sentido, o estabelecimento de parceria com a AJAP seria uma porta incontornável para o sucesso das associações nacionais, pois estariam ancoradas às boas práticas já consolidadas da .

Sr.ª *Lúcia Noriate,*
Representante da Associação de Jovens Agricultores de Tete



A ASSOCIAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES DE TETE E O PAPEL QUE DESEMPENHA

A Associação de Jovens Agricultores de Tete tem como papel primordial consciencializar os empresários agrícolas para a importância do movimento associativo e representar os jovens agricultores a nível da Província de Tete e quiçá a nível nacional e internacional. Tem também a função de representar os interesses dos Jovens Agricultores, incentivar à instalação de jovens em explorações agrícolas,

estimular o espírito empresarial de jovens detentores de explorações de pequena dimensão e esboçar planos estratégicos de melhoria de métodos e técnicas agrárias.

MEDIDAS A INCREMENTAR NO SETOR AGRÍCOLA

Na minha perspetiva há medidas a serem tomadas para melhorar o setor, que passam por duas vertentes:

O Estado, que deveria executar as seguintes medidas:

- Legislação aduaneira para a importação de insumos agrícolas, em que consideramos que as taxas aduaneiras dos insumos agrícolas deveriam ser iguais a zero, pois isso incentivaria ao aumento da importação da tecnologia e mecanização agrária;
- Melhoria dos programas de extensionistas agrários junto das comunidades (Garantir apoio técnico de acompanhamento ao longo dos projetos);

A Banca, que deveria pôr em prática as seguintes medidas:

- Melhorias das políticas em vigor;
- Facilitar os financiamentos aos jovens e baixar significativamente as taxas de juros (se necessário a intervenção do Estado junto do Banco Central para modificar a política monetária ao investimento agrário).

A PARCERIA COM A AJAP

Tem-se notado um aumento de jovens moçambicanos a exercer a atividade agrícola no país, merecendo destaque a atividade pecuária no que tange à dilatação de produtividade, por parte dos Jovens Agricultores de Tete nos últimos tempos, ainda com registos significativos também na avicultura e piscicultura.

Contudo verifica-se a necessidade de criar programas agrários. De acordo com a revista da ADPP Mozambique, a agricultura no país consiste predominantemente em agricultura de subsistência (80%). Nesse contexto, os programas poderão contribuir para a transformação da agricultura num setor competitivo e sustentável, que aumenta a segurança alimentar e a renda das famílias.

Para melhorar as várias frentes e fazer face a um leque de necessidades do setor agrário, acreditamos que a parceria entre a Associação de Jovens Agricultores de Tete e Associações como a AJAP, será produtiva, espetando-se:

- Estimular um trabalho de parceria e possível constituição de empresas mistas, essenciais ao processo de internacionalização empresarial;
- Fomentar negociações e protocolos com entidades nacionais e internacionais com vista à criação de mecanismos que facilitem a instalação de Jovens Agricultores, nomeadamente ao nível do acesso a condições de financiamento;
- Reforçar a capacidade dos agricultores com projetos de informação (identificação de projetos chave), formação (formação técnica extensionista e estabelecimentos de ensino agrícola) e o fomento do espírito empreendedor.





AgrimaMag

A SUA REVISTA DE
AGRO-NEGÓCIO

 Bairro da Sommerchild,
Rua Kamba Simango, N° 398, 2º andar

 (+258) 84 838 2610 / 84 149 8204

 agrimagmz@gmail.com

  Agrimag

 Maputo - Moçambique

